Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013 9

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 10

Demonstração de Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 12

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013 19

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 20

Demonstração de Valor Adicionado 21

Comentário do Desempenho 22

Notas Explicativas 27

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 96

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	381.587
Preferenciais	744.015
Total	1.125.602
Em Tesouraria	
Ordinárias	251
Preferenciais	2.081
Total	2.332

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/01/2013	Dividendo	18/02/2013	Ordinária		1,37791
Reunião do Conselho de Administração	10/01/2013	Dividendo	18/02/2013	Preferencial		1,51570

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	56.671.904	57.582.441
1.01	Ativo Circulante	5.904.545	6.515.094
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.021.450	3.079.282
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	15.216	18.398
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.006.234	3.060.884
1.01.03	Contas a Receber	2.119.489	2.150.724
1.01.03.01	Clientes	2.119.489	2.150.724
1.01.04	Estoques	31.412	24.403
1.01.06	Tributos a Recuperar	448.825	602.328
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	448.825	602.328
1.01.07	Despesas Antecipadas	44.390	26.610
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	238.979	631.747
1.01.08.03	Outros	238.979	631.747
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	108.141	95.916
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	30.504	39.197
1.01.08.03.04	Outros Ativos - CP	100.334	496.634
1.02	Ativo Não Circulante	50.767.359	51.067.347
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.867.212	3.755.173
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	15.389	16.720
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	55.783	34.643
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.796.040	3.703.810
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar - LP	501.070	549.225
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.124.781	3.068.256
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	29.048	23.920
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	20.901	21.465
1.02.01.09.07	Outros Ativos	120.240	40.944
1.02.02	Investimentos	21.407.304	21.561.061
1.02.02.01	Participações Societárias	21.407.304	21.561.061
1.02.03	Imobilizado	9.970.171	10.020.263
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.359.217	9.310.406
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	610.954	709.857
1.02.04	Intangível	15.522.672	15.730.850

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	56.671.904	57.582.441
2.01	Passivo Circulante	5.827.871	5.910.070
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	155.152	205.780
2.01.01.01	Obrigações Sociais	91.946	81.576
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	63.206	124.204
2.01.02	Fornecedores	2.128.565	2.191.047
2.01.03	Obrigações Fiscais	484.754	529.055
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	73.885	119.749
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	73.885	119.749
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	406.566	405.103
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.303	4.203
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.418.398	1.446.156
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	739.630	743.941
2.01.04.02	Debêntures	678.768	702.215
2.01.05	Outras Obrigações	1.293.194	1.203.180
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	106.763	103.573
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	3.746	808
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	69.050	69.205
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	33.967	33.560
2.01.05.02	Outros	1.186.431	1.099.607
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	534.730	467.831
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	8.172	8.747
2.01.05.02.05	Receita Diferida	63.600	69.743
2.01.05.02.07	Grupamento de Frações de Ações	345.884	345.953
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	234.045	207.333
2.01.06	Provisões	347.808	334.852
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	347.808	334.852
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	38.642
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	309.166	296.210
2.02	Passivo Não Circulante	7.015.865	6.991.251
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.733.461	2.836.112
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	477.361	582.422
2.02.01.02	Debêntures	2.256.100	2.253.690
2.02.02	Outras Obrigações	447.180	441.834
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.276	7.168
2.02.02.02	Outros	439.904	434.666
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	0	3.733
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	29.474	30.057
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	31.010	28.508
2.02.02.02.07	Obrigações com Planos de Benefícios Pós Emprego	379.420	372.368
2.02.03	Tributos Diferidos	1.268.337	1.216.651
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.268.337	1.216.651
2.02.04	Provisões	2.529.661	2.457.632
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.238.826	2.168.177
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.358.370	1.336.071

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	590.629	560.091
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	289.827	272.015
2.02.04.02	Outras Provisões	290.835	289.455
2.02.04.02.04	Provisão para Desimobilização	22.868	24.935
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	267.967	264.520
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	37.226	39.022
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	37.226	39.022
2.03	Patrimônio Líquido	43.828.168	44.681.120
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.799.004	2.799.004
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-112.107
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores	-70.448	-70.448
2.03.04	Reservas de Lucros	2.598.769	4.248.769
2.03.04.01	Reserva Legal	1.100.000	1.100.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.498.769	3.148.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	809.745	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.095	17.792

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.149.971	3.263.797
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.063.281	-2.023.786
3.03	Resultado Bruto	1.086.690	1.240.011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-165.527	-213.608
3.04.01	Despesas com Vendas	-761.195	-829.794
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-192.581	-199.576
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	118.707	64.974
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-125.825	-77.676
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	795.367	828.464
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	921.163	1.026.403
3.06	Resultado Financeiro	-55.306	-35.248
3.06.01	Receitas Financeiras	111.436	155.561
3.06.02	Despesas Financeiras	-166.742	-190.809
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	865.857	991.155
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-55.682	-33.705
3.08.01	Corrente	0	12.930
3.08.02	Diferido	-55.682	-46.635
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	810.175	957.450
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	810.175	957.450
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,68	0,8
3.99.01.02	PN	0,74	0,88
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,68	0,8
3.99.02.02	PN	0,74	0,88

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	810.175	957.450
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-13.127	-258
4.02.01	Perdas não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda, Líquido de Impostos	-7.261	-2.548
4.02.02	Ajuste Acumulado de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-2.490	142
4.02.03	Participação no Resultado Abrangente das Subsidiárias	-3.376	2.148
4.03	Resultado Abrangente do Período	797.048	957.192

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	822.732	884.897
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	943.365	1.066.918
6.01.01.01	Lucro Antes dos Impostos	865.857	991.155
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	668.409	652.628
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	9.924	7.876
6.01.01.04	Variações Monetárias	35.895	-5.363
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-795.367	-828.464
6.01.01.06	Ganho (Perda) na Baixa/Alienação de Bens	-53.996	5.117
6.01.01.07	Provisão para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	80.152	77.944
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	-7.969	73.443
6.01.01.09	Provisão (Baixas e Reversões) para Redução ao Valor Realizável dos Estoques	3.294	-4.776
6.01.01.10	Pensão e Outros Benefícios pós Emprego	6.648	-1.345
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	63.881	31.122
6.01.01.12	Despesas de Juros	68.704	67.769
6.01.01.13	Reversão da Provisão para Desimobilização	-2.067	-188
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-120.633	-182.021
6.01.02.01	Contas a Receber	-48.917	-58.321
6.01.02.02	Estoques	-10.303	-382
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-1.239	314.546
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	-8.425	-3.474
6.01.02.05	Outros Ativos não Circulantes	-67.762	-50.152
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-50.628	-34.274
6.01.02.07	Fornecedores	6.967	-90.528
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	158.013	-108.548
6.01.02.09	Outros Passivos Circulantes	16.480	-107.531
6.01.02.10	Outros Passivos não Circulantes	-21.847	512
6.01.02.11	Juros Pagos	-92.972	-34.386
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-9.483
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	813.721	-632.155
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controladas	-46.050	0
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangível Líquido de Doações	-480.723	-632.808
6.02.03	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	20.045	653
6.02.04	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.320.449	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.694.285	-202.342
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-104.986	-195.561
6.03.03	Pagamento Líquido dos Contratos de Derivativos	-6.130	-5.416
6.03.04	Recompra de Ações em Tesouraria	0	-1.365
6.03.05	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-68	0
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-1.583.101	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-57.832	50.400
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.079.282	826.902
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.021.450	877.302

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.650.000	0	-1.650.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2012	0	0	0	-1.650.000	0	-1.650.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	809.745	-12.697	797.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	810.175	0	810.175
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-430	-12.697	-13.127
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	2.308.514	5.095	43.828.168

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.365	0	4.856	0	3.491
5.04.08	Recompra de ações	0	-1.365	0	0	0	-1.365
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, líquido de impostos	0	0	0	4.856	0	4.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	957.450	-258	957.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	957.450	0	957.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-258	-258
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.688.371	877.322	2.915.335	7.262	44.286.400

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	4.138.408	4.361.417
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.156.028	4.374.387
7.01.02	Outras Receitas	62.532	64.974
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-80.152	-77.944
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.888.358	-1.967.407
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.410.444	-1.327.792
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-535.110	-633.767
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	57.196	-5.848
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.250.050	2.394.010
7.04	Retenções	-668.409	-652.628
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-668.409	-652.628
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.581.641	1.741.382
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	906.803	984.025
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	795.367	828.464
7.06.02	Receitas Financeiras	111.436	155.561
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.488.444	2.725.407
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.488.444	2.725.407
7.08.01	Pessoal	249.859	234.194
7.08.01.01	Remuneração Direta	142.479	197.080
7.08.01.02	Benefícios	84.599	24.524
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.781	12.590
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.047.247	1.195.603
7.08.02.01	Federais	301.303	300.828
7.08.02.02	Estaduais	733.561	872.609
7.08.02.03	Municipais	12.383	22.166
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	283.243	293.612
7.08.03.01	Juros	165.300	196.782
7.08.03.02	Aluguéis	117.943	96.830
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	810.175	957.450
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	810.175	957.450
7.08.05	Outros	97.920	44.548
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e civeis, líquidas	97.920	44.548

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	68.634.622	70.251.092
1.01	Ativo Circulante	15.441.513	16.209.181
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.750.950	7.133.485
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	161.882	94.304
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	6.589.068	7.039.181
1.01.03	Contas a Receber	5.514.537	5.512.272
1.01.03.01	Clientes	5.514.537	5.512.272
1.01.04	Estoques	404.044	387.809
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.900.911	2.052.421
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.900.911	2.052.421
1.01.07	Despesas Antecipadas	426.564	248.337
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	444.507	874.857
1.01.08.03	Outros	444.507	874.857
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	36.069	38.033
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	32.452	41.109
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	131.518	126.625
1.01.08.03.04	Outros Ativos	244.468	669.090
1.02	Ativo Não Circulante	53.193.109	54.041.911
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.154.478	6.289.189
1.02.01.03	Contas a Receber	95.858	93.378
1.02.01.03.01	Clientes	95.858	93.378
1.02.01.06	Tributos Diferidos	840.950	1.027.888
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	840.950	1.027.888
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	29.394	31.396
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	19.915	20.118
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.168.361	5.116.409
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	703.381	738.965
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.983.123	3.909.268
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	115.191	109.708
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	259.917	286.278
1.02.01.09.07	Outros Ativos	106.749	72.190
1.02.02	Investimentos	128.687	142.881
1.02.02.01	Participações Societárias	128.687	142.881
1.02.03	Imobilizado	17.056.283	17.604.144
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.935.629	16.127.725
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.120.654	1.476.419
1.02.04	Intangível	29.853.661	30.005.697

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	68.634.622	70.251.092
2.01	Passivo Circulante	12.843.966	13.536.792
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	352.432	416.252
2.01.01.01	Obrigações Sociais	226.196	204.675
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	126.236	211.577
2.01.02	Fornecedores	5.091.992	5.889.068
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.857.644	1.781.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	740.610	654.372
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	196.005	243.399
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	544.605	410.973
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.086.631	1.098.556
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	30.403	28.322
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.926.095	1.957.538
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.247.327	1.255.323
2.01.04.02	Debêntures	678.768	702.215
2.01.05	Outras Obrigações	3.094.692	2.995.894
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	53.592	50.147
2.01.05.02	Outros	3.041.100	2.945.747
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	534.730	467.831
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	36.452	29.586
2.01.05.02.05	Receita Diferida	714.675	734.573
2.01.05.02.06	Licença de Autorização	1.006.689	994.977
2.01.05.02.07	Grupamento de Frações de Ações	389.441	389.510
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	359.113	329.270
2.01.06	Provisões	521.111	496.790
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	521.111	496.790
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	23.616	20.833
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	80.885	80.091
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	416.610	395.866
2.02	Passivo Não Circulante	11.962.488	12.033.180
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.770.350	6.009.691
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.514.250	3.756.001
2.02.01.02	Debêntures	2.256.100	2.253.690
2.02.02	Outras Obrigações	1.070.551	1.049.839
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.150	7.201
2.02.02.02	Outros	1.063.401	1.042.638
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	25.890	26.545
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	501.159	488.749
2.02.02.02.05	Ônus de Renovação de Licença	87.564	87.564
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	49.009	47.511
2.02.02.02.07	Obrigações com Planos de Benefícios Pós Emprego	399.779	392.269
2.02.03	Tributos Diferidos	1.268.337	1.216.651
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.268.337	1.216.651
2.02.04	Provisões	3.558.778	3.453.637
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.061.124	2.967.801

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.964.295	1.931.217
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	670.208	637.156
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	426.621	399.428
2.02.04.02	Outras Provisões	497.654	485.836
2.02.04.02.04	Provisão para Desimobilização	229.687	221.316
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	267.967	264.520
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	294.472	303.362
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	294.472	303.362
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	43.828.168	44.681.120
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.799.004	2.799.004
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-112.107
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação de Acionistas não Controladores	-70.448	-70.448
2.03.04	Reservas de Lucros	2.598.769	4.248.769
2.03.04.01	Reserva Legal	1.100.000	1.100.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.498.769	3.148.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	809.745	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.095	17.792

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.555.484	8.311.285
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.409.574	-4.249.817
3.03	Resultado Bruto	4.145.910	4.061.468
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.796.029	-2.533.021
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.163.553	-2.160.309
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-618.024	-556.140
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	177.514	380.874
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-191.520	-197.953
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-446	507
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.349.881	1.528.447
3.06	Resultado Financeiro	-16.731	-63.211
3.06.01	Receitas Financeiras	365.120	336.208
3.06.02	Despesas Financeiras	-381.851	-399.419
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.333.150	1.465.236
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-522.975	-508.658
3.08.01	Corrente	-279.529	-297.592
3.08.02	Diferido	-243.446	-211.066
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	810.175	956.578
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	810.175	956.578
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	810.175	957.450
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-872
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,68	0,8
3.99.01.02	PN	0,74	0,88
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,68	0,8
3.99.02.02	PN	0,74	0,88

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	810.175	956.578
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-13.127	-258
4.02.01	Perdas não Realizados em Investimentos Disponíveis para Venda, Líquidas Impostos	-7.261	-2.169
4.02.02	Perdas Atuariais não Realizadas e Efeito da Limitação de Ativos dos Planos Superavitários	-430	0
4.02.03	Ganho (Perda) Operações de Derivativos, Líquidas de Impostos	-2.946	1.769
4.02.04	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-2.490	142
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	797.048	956.320
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	797.048	957.192
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-872

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.231.597	2.052.984
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.202.581	2.870.765
6.01.01.01	Lucro antes dos Impostos	1.333.150	1.465.236
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.397.276	1.317.945
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	31.141	9.413
6.01.01.04	Variações Monetárias	45.244	-3.694
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	446	-507
6.01.01.06	Perda na Baixa/Alienação de Bens	-53.633	-208.107
6.01.01.07	Provisão para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	203.086	181.860
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	16.798	-117.199
6.01.01.09	Baixas e Reversões para Redução ao Valor Realizável dos Estoques	6.668	5.316
6.01.01.10	Pensão e Outros Benefícios pós Emprego	6.579	-3.603
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias,Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	100.166	78.334
6.01.01.12	Despesas de Juros	114.580	139.101
6.01.01.13	Reversão da Provisão para Desimobilização	-2.516	-508
6.01.01.14	Provisão para Programa de Fidelização	3.596	7.300
6.01.01.15	Outros	0	-122
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-970.984	-817.781
6.01.02.01	Contas a Receber	-207.831	28.226
6.01.02.02	Estoques	-22.904	31.683
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-172.493	302.091
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	-35.970	7.560
6.01.02.05	Outros Ativos não Circulantes	-48.654	-155.082
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-63.820	-92.754
6.01.02.07	Fornecedores	-393.922	-193.103
6.01.02.08	Impostos,Taxas e Contribuições	520.724	-172.693
6.01.02.09	Juros Pagos	-159.925	-94.256
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-351.863	-274.845
6.01.02.11	Outros Passivos Circulantes	-10.267	-167.372
6.01.02.12	Outros Passivos não Circulantes	-24.059	-37.236
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-811.149	-1.493.296
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível Líquido de Doações	-1.127.556	-1.494.657
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	316.407	1.361
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.802.983	-323.581
6.03.01	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-216.558	-305.608
6.03.02	Captação de Empréstimos e Debêntures	9.493	6.966
6.03.03	Pagamento Líquido dos Contratos de Derivativos	-12.749	-23.574
6.03.04	Recompra de Ações em Tesouraria	0	-1.365
6.03.05	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-68	0
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-1.583.101	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-382.535	236.107
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.133.485	2.889.543

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.750.950	3.125.650

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120	0	44.681.120
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	1.100.000	3.148.769	17.792	44.681.120	0	44.681.120
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.650.000	0	-1.650.000	0	-1.650.000
5.04.10	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2012	0	0	0	-1.650.000	0	-1.650.000	0	-1.650.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	809.745	-12.697	797.048	0	797.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	810.175	0	810.175	0	810.175
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-430	-12.697	-13.127	0	-13.127
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.100.000	2.308.514	5.095	43.828.168	0	43.828.168

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.365	0	4.856	0	3.491	0	3.491
5.04.09	Dividendos e JSCP prescritos, líquidos de impostos	0	0	0	4.856	0	4.856	0	4.856
5.04.11	Recompra de ações	0	-1.365	0	0	0	-1.365	0	-1.365
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	957.450	-258	957.192	-872	956.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	957.450	0	957.450	-872	956.578
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-258	-258	0	-258
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.688.371	877.322	2.915.335	7.262	44.286.400	4.196	44.290.596

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	11.617.590	11.474.033
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.674.436	11.275.098
7.01.02	Outras Receitas	146.240	380.795
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-203.086	-181.860
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.282.391	-4.183.609
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.725.206	-2.256.786
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.611.696	-1.884.313
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	54.511	-42.510
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.335.199	7.290.424
7.04	Retenções	-1.397.276	-1.317.945
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.397.276	-1.317.945
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.937.923	5.972.479
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	364.674	336.715
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-446	507
7.06.02	Receitas Financeiras	365.120	336.208
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.302.597	6.309.194
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.302.597	6.309.194
7.08.01	Pessoal	633.978	537.530
7.08.01.01	Remuneração Direta	376.112	431.349
7.08.01.02	Benefícios	218.250	79.733
7.08.01.03	F.G.T.S.	39.616	26.448
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.862.315	3.904.316
7.08.02.01	Federais	1.478.281	1.533.448
7.08.02.02	Estaduais	2.363.153	2.340.181
7.08.02.03	Municipais	20.881	30.687
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	855.316	823.684
7.08.03.01	Juros	379.856	398.408
7.08.03.02	Aluguéis	475.460	425.276
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	810.175	957.450
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	810.175	957.450
7.08.05	Outros	140.813	86.214
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e civeis, liquidas	140.813	86.214

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R$ milhões	Consolidado 1T13	Consolidado 4T12	Δ%	Consolidado 1T12	Δ%
Receita Líquida Móvel	5.636,3	5.822,6	(3,2)	5.105,7	10,4
Receita de serviço móvel	5.270,5	5.474,3	(3,7)	4.924,4	7,0
Franquia e utilização	2.784,4	2.908,1	(4,3)	2.599,8	7,1
Uso de rede	905,4	966,0	(6,3)	985,4	(8,1)
Dados e SVA	1.566,3	1.564,7	0,1	1.318,3	18,8
Mensagem P2P	511,3	527,2	(3,0)	446,4	14,5
Internet	812,9	782,2	3,9	663,7	22,5
Outras Receitas de Dados e SVA	242,2	255,2	(5,1)	208,1	16,4
Outros serviços	14,3	35,5	(59,7)	20,9	(31,5)
Receita Líquida de Aparelhos	365,8	348,3	5,0	181,4	101,7

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Móvel considera a alocação da receita de longa distância por originação da chamada.

A receita líquida móvel no trimestre registrou expressivo avanço de 10,4% na comparação anual, impulsionada pelo aumento na receita dos planos de voz, consumo de internet, uso de mensagens, além da maior venda de smartphones, que alavancou a receita de terminais. A receita de serviço móvel obteve variação positiva de 7,0% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Excluído o efeito do impacto regulatório, o crescimento da receita líquida de serviços móveis seria de 7,2% em relação ao 1T12.

A manutenção do crescimento das recargas de pré-pago e o aumento do parque pós-pago nos planos “Vivo Ilimitado” contribuíram para uma evolução positiva de 7,1% da receita de **franquia e utilização** no comparativo anual.

A receita de **uso de rede** diminuiu 8,1% em relação ao 1T12 principalmente em função da redução da VU-M. Normalizando esse efeito, essa redução seria de 6,5%. Na comparação trimestral, houve queda de 6,3% devido à sazonalidade.

A receita de **Dados e SVA** manteve bom desempenho, com a variação positiva de 18,8% na comparação anual. Isso se deve principalmente ao crescimento das vendas de pacotes de dados 3G e 3G Plus atrelado a smartphones, além da crescente venda de pacotes de dados para clientes pré-pagos. Em março, 74% das altas de clientes pós-pagos individuais foram feitas com pacotes de dados, além disso, as vendas de pacotes de dados praticamente dobraram em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No trimestre, a receita de Dados e SVA respondeu por 30% da receita líquida de serviços móveis, uma evolução anual de 2,9 p.p.. Considerando apenas a receita sainte, a participação de Dados e SVA no 1T13 seria de 35,9%.

A receita de **internet móvel** continua acelerando. Avançou 22,5% na comparação anual e 3,9% na trimestral, respondendo por 52% da receita de dados no 1T13. Esse desempenho está diretamente atrelado à forte venda de modens e planos de dados para smartphones, destacando-se os planos 3G Plus.

A receita com **SMS** teve crescimento anual de 14,5%, impulsionada pela venda de pacotes ilimitados nos planos pós-pagos (R$ 10/mês), maior penetração de SMS na campanha Vivo Sempre (R$ 0,05/sms), além de inclusão de SMS off-net nos planos pós-pagos.

Outras Receitas de Dados e SVA evoluíram 16,4% no comparativo anual, impulsionados pelos serviços de educação, Vivo som de chamada e portal de voz que apresentaram crescimento de 13,8%, 20,2% e 32,9% respectivamente se comparados ao realizado no 1T12.

Comentário do Desempenho

O Vivo som de chamada superou em março a marca de 6,6 milhões de assinantes. Nossa plataforma de educação, composta por serviços voltados para a prática e aprendizado da língua portuguesa e de línguas estrangeiras ultrapassa os 3,0 milhões de assinantes. O serviço já treinou mais de 15 milhões de usuários.

O aumento anual expressivo na **receita de aparelho móvel** é explicado principalmente pelo crescimento nas venda de smartphones, pela maior participação de clientes pós-pagos nas altas no período e pela mudança de nosso modelo de vendas para o segmento de pequenas e médias empresas.

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R$ milhões	Consolidado 1T13	Consolidado 4T12	Δ%	Consolidado 1T12	Δ%
Receita Líquida Fixa	2.919,2	3.084,8	(5,4)	3.205,6	(8,9)
Voz e acessos	1.562,4	1.678,2	(6,9)	1.803,5	(13,4)
Uso de rede	107,8	126,8	(15,0)	118,7	(9,2)
Dados	893,6	895,1	(0,2)	892,2	0,2
TV por assinatura	121,2	141,2	(14,2)	157,7	(23,1)
Outros serviços	234,2	243,5	(3,8)	233,5	0,3
% Dados / ROL	30,6%	29,0%	1,6 p.p.	27,8%	2,8 p.p.

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Fixa considera a alocação da receita de longa distância por originação da chamada e a alocação das receitas advindas da solução FWT ("Vivo Fixo" e "Vivo Box").

A receita líquida do negócio fixo apresentou redução anual de 8,9%, afetada principalmente pela redução nas receitas de voz fixa e pela redução da VC fixo-móvel realizada ao final de fev/12.

A receita de **Voz e acessos** diminuiu 13,4% em relação ao 1T12, com leve aceleração em relação à redução em trimestres anteriores, devido à substituição fixo-móvel e impactos regulatórios.

As **receitas de uso da rede** sofreram queda de 9,2% em comparação com o 1T12, em razão da redução de tráfego entrante com terminação fixa e da substituição fixo-móvel.

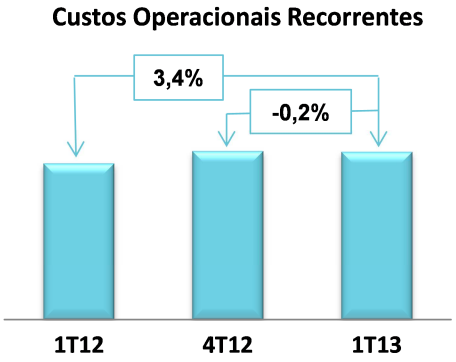
A receita de **Dados** manteve-se estável na comparação anual, consequência da forte competição no período. A empresa vem adotando ações para acelerar as receitas de banda larga incluindo: upgrade de clientes para V-DSL e migração para maiores velocidades, vendas de Vivo Box, além da ampliação de *homes passed* em fibra até o final do ano.

No 1T13, as receitas de **TV por assinatura** diminuíram 23,1% no comparativo anual e 14,2% frente ao 4T12. Conforme descrito anteriormente, esse desempenho é consequência da desconexão de clientes em MMDS além da redução nas vendas de DTH no período. Este último será impulsionado no segundo semestre de 2013.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

R$ milhões	Consolidado 1T13	Consolidado 4T12	Δ%	Consolidado 1T12	Δ%
Custos Operacionais	(5.807,9)	(5.054,0)	14,9	(5.465,4)	6,3
Pessoal	(693,0)	(563,7)	22,9	(713,8)	(2,9)
Custo dos Serviços Prestados	(2.650,7)	(2.538,9)	4,4	(2.700,3)	(1,8)
Interconexão	(951,4)	(974,6)	(2,4)	(1.068,8)	(11,0)
Impostos, taxas e contribuições	(439,2)	(409,4)	7,3	(506,9)	(13,4)
Serviços de terceiros	(886,7)	(833,8)	6,3	(789,1)	12,4
Outros	(373,4)	(321,1)	16,3	(335,5)	11,3
Custo das Mercadorias Vendidas	(559,7)	(546,4)	2,4	(410,3)	36,4
Despesas de Comercialização dos Serviços	(1.603,3)	(1.617,0)	(0,8)	(1.558,9)	2,8
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(203,1)	(146,6)	38,5	(181,9)	11,7
Serviços de terceiros	(1.300,7)	(1.342,3)	(3,1)	(1.249,3)	4,1
Outros	(99,5)	(128,1)	(22,3)	(127,7)	(22,1)
Despesas Gerais e Administrativas	(287,2)	(284,5)	0,9	(265,1)	8,3
Serviços de terceiros	(217,2)	(214,3)	1,4	(204,0)	6,5
Outros	(70,0)	(70,2)	(0,3)	(61,1)	14,6
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	(14,0)	496,5	n.d.	183,0	n.d.



Os custos operacionais apresentaram aumento anual de 6,3% e trimestral de 14,9%, registrando R$ 5.807,9 milhões no 1T13, sem considerar os gastos com depreciação e amortização. Essa variação decorre principalmente do aumento com os custos de mercadorias, gastos com comissionamento relacionados ao maior volume de altas pós-pagas no período, gastos com manutenção de rede pela expansão de cobertura de serviços móveis e fibra, além da venda de ativos no 1T12 que diminuiu a base de comparação. Quando excluímos os efeitos não recorrentes no comparativo anual os custos cresceriam apenas 3,4%.

O custo de **pessoal** no 1T13 diminuiu 2,9% na comparação anual e aumentou 22,9% na trimestral refletindo o custo do Programa de Demissão Voluntária realizado no trimestre. Excluindo os efeitos da reestruturação organizacional nos anos comparados a despesa de pessoal registraria crescimento de 3,4%, aumento abaixo do dissídio concedido no período de 5,5%.

O **custo dos serviços prestados** no 1T13 foi 1,8% menor que no 1T12 em função da redução nos gastos de interconexão decorrentes do corte na VU-M realizado no final de fevereiro de 2012 e do menor pagamento de fistel em função da nova política de desconexão do pré-pago. Estas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento de despesas com aluguéis de sites, consequência da venda das torres e de maiores gastos com manutenção, relacionados ao maior número de sites, e expansão da cobertura 3G e 3G Plus. A variação trimestral apresentou aumento de 4,4%.

Comentário do Desempenho

O **custo das mercadorias vendidas** no 1T13 aumentou 36,4% em relação ao 1T12 e 2,4% frente ao 4T12. A variação está associada à crescente venda de smartphones em função do aumento nas altas em planos pós e de dados e pela mudança de nosso modelo de vendas para o segmento de pequenas e médias empresas.

As **despesas de comercialização dos serviços** apresentaram aumento de 2,8% y-o-y, frente a um crescimento da base pós-paga de 17,4% no período devido à adoção de uma política comercial racional e focada em geração de valor. O aumento anual de 4,1% em serviços de terceiros se deve aos maiores gastos com comissionamento decorrentes do maior volume de altas de clientes em planos pós-pagos e de dados, cuja comissão unitária é maior.

A **Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)** no 1T13 fechou em R$ 203,1 milhões, correspondendo a 1,6% da receita bruta total, praticamente estável se comparada a representatividade da conta no 1T12 (+0,1 p.p.). O nível de inadimplência no 1T13 é explicado pela sazonalidade natural do período. Continuaremos mantendo rígido controle sobre as ações de cobrança e aprimoramento contínuo da concessão de crédito para manter os níveis de inadimplência controlados.

As **despesas gerais e administrativas** no 1T13 foram 8,3% maiores que no 1T12, em função de maiores gastos e mão de obra terceirizada, devido à inflação do período.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas totalizaram despesa de R$ 14,0 milhões no 1T13, variando em comparação ao ano anterior em função da maior venda de ativos (R$ 216,5 milhões) no 1T12 que aumenta a base de comparação.

Depreciação e Amortização

O item **depreciação e amortização** apresentou aumento de 6,0% no comparativo anual. Essa variação está relacionada principalmente com a aceleração da depreciação de MMDS devido à migração deste serviço para outras tecnologias.

Resultado Financeiro

R$ milhões	Consolidado 1T13	Consolidado 4T12	Δ%	Consolidado 1T12	Δ%
Resultado financeiro líquido	(16,7)	(125,2)	(86,7)	(63,2)	(73,6)
Receitas Financeiras	365,2	406,9	(10,2)	336,2	8,6
Juros de Aplicações Financeiras	202,4	130,2	55,5	76,0	166,3
Variações Monetárias e Cambiais	123,1	260,2	(52,7)	195,9	(37,2)
Outras Receitas com Operações Financeiras	39,7	58,8	(32,5)	64,3	(38,3)
(-) Pis e Cofins	-	(42,3)	n.d.	-	n.d.
Despesas Financeiras	(381,9)	(532,1)	(28,2)	(399,4)	(4,4)
Despesas Financeiras	(212,8)	(279,1)	(23,8)	(222,0)	(4,1)
Variações Monetárias e Cambiais e outros	(169,1)	(253,0)	(33,2)	(177,4)	(4,7)

No 1T13, o **resultado financeiro líquido** apresentou despesa líquida R$ 46,5 milhões menor à registrada no 1T12, em decorrência, principalmente, do menor nível médio de dívida líquida ao longo do 1T13 em comparação com o mesmo período em 2012.

Comentário do Desempenho

CAPEX

R$ milhões	Consolidado 1T13	Consolidado 4T12	Consolidado 1T12
Rede	615,8	1.434,6	903,7
Tecnologia/Sist. Informação	56,2	169,8	82,5
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	36,0	191,1	178,4
Licenças	0,0	1.050,0	0,0
Total	708,0	2.845,5	1.164,6
Capex / Receita operacional líquida	8,3%	31,9%	14,0%

O **Capex** total no trimestre somou R$ 708,0 milhões, 39,2% inferior ao mesmo período de 2012 devido principalmente à maior base de comparação no 1T12, em grande parte pela implementação de projetos já em andamento como cobertura 3G e overlay em 1.800 Mhz.

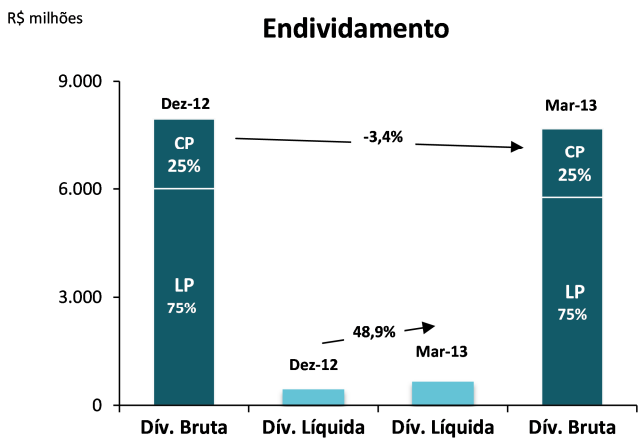
A realização de Capex no 1T13 está em linha com o histórico do período devido à implementação de novos projetos novos como expansão de fibra e LTE.

Além dos projetos mencionados continuamos focando nossos investimentos em garantia de qualidade em nossos serviços e aumento de capacidade para suportar o crescimento em serviços de dados.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 1T13 com uma **dívida bruta** de R$ 7.696,4 milhões, sendo 20,0% denominada em moeda estrangeira. A redução de 3,4% em relação ao 4T12 está relacionada a amortizações de principal de dívidas com o BNDES e o BNB.

A **dívida líquida** atingiu R$ 655,2 milhões ao final do 1T13, representando, no acumulado dos resultados dos últimos 12 meses, 0,05 do EBITDA. Em relação ao 4T12, a dívida líquida registra um aumento de 48,9%, explicado principalmente pelo pagamento de dividendos em fev/13. A exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (hedge).



Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, market share, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a. Controle acionário

A Telefônica Brasil S.A. (Companhia ou Telefônica Brasil), tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia pertence ao Grupo Telefónica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Telefónica S.A., empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais.

b. Operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados, no Estado de São Paulo, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações, respectivamente. Suas controladas também possuem autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas (PGO/2008) e de outros serviços de telecomunicações, tais como: comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga (Serviço de Comunicação Multimídia – SCM) e serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP), em todo o país, e serviços de TV por assinatura, sendo (i) via satélite em todo país; (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, até dezembro de 2013, em decorrência de renúncia assinada pela Companhia, cujos efeitos passam a vigorar a partir de 18 meses contados desde 5 de junho de 2012, como condição para participação no leilão 4G, ocorrido nos dias 12 e 13 de junho de 2012; e (iii) por cabo nas cidades de São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (notas 1.b.1 e 1.b.2). Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

b.1) <u>Contrato de Concessão do STFC</u>

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO/2008).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso, e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 2020. Esta condição permite à ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

Notas Explicativas

O contrato de concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de março de 2013, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R$6.973.461 (R$6.911.508 em 31 de dezembro de 2012), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

b.2) Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel

A Vivo S.A., subsidiária integral da Companhia, possui autorizações para a prestação do SMP,que também é regulado pela ANATEL.

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofreqüências são as mesmas da nota 1.b2 – “Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel”, divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

b.3) Reestruturação Societária

Visando simplificar a estrutura organizacional atual da Companhia, bem como auxiliar a integração dos negócios e a geração de sinergias decorrentes da racionalização da prestação dos serviços, a Companhia protocolou na ANATEL em 15 de março de 2012 pedido de anuência prévia de reestruturação societária, que se tornou legalmente viável em razão das alterações legislativas aplicáveis às concessionárias de STFC através da Lei nº 12.485.

A reestruturação societária proposta somente poderá ser implementada após a anuência prévia da ANATEL, que segue analisando o caso.

c. Controladas

A Companhia possui participações societárias em controladas diretas e indiretas (subsidiárias integrais) e entidades controladas em conjunto. A seguir, descrevemos algumas informações sobre as empresas investidas.

c.1) Controladas diretas e indiretas (subsidiárias integrais)

Vivo S.A. (Vivo): Tem como objeto a exploração do SMP, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

Notas Explicativas

A. Telecom S.A. (ATelecom): Tem como objeto a gestão de prestação de serviços de telecomunicações e de instalação, operação e manutenção de soluções *internet, intranet* e *extranet*, representação comercial, agenciamento, intermediação e distribuição de bens, comercialização, representação, locação e manutenção de sistemas, equipamentos e aparelhos de telecomunicações e informática em geral, consultoria, serviços e suporte técnico para especificação, implantação e manutenção de novos sistemas de voz, dados e imagem, importação e exportação de bens e serviços úteis à consecução do objeto social e participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Telefônica Data S.A. (TData): Tem como objeto a prestação e exploração de serviços de telecomunicações, bem como a elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados com a exploração de soluções empresariais integradas, consultoria em telecomunicações, atividades relacionadas à prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, locação e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações.

Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TSTV): Tem como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura na modalidade Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), além de prestações de serviços de telecomunicações em geral e *internet*.

Ajato Telecomunicações Ltda. (Ajato): Tem como objeto a prestação de serviços de telecomunicações e de informática, acesso à rede de telecomunicações, de *internet*, via rádio, abrangendo os serviços de imagem e dados de *telemarketing*, comércio de locação, importação, exportação, manutenção e conserto para esses equipamentos.

GTR-T Participações e Empreendimentos S.A. (GTR-T): Tem como objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações.

TVA Sul Paraná S.A. (TVA Sul): Tem como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e edição de periódicos.

Lemontree Participações S.A. (Lemontree): Tem como objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva prestação de serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e gestão e comercialização de dados.

Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (Comercial Cabo): Tem como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura e por cabo, assessoria e consultoria de telecomunicações em geral, produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e exploração de propaganda e publicidade em todas as modalidades.

Notas Explicativas

c.2) Entidades controladas em conjunto

Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança): Empresa com sede em Amsterdã, Holanda, com participação de 50% da Telefônica Brasil, possui caixa decorrente da venda de ações da Portugal Telecom em junho de 2010. Até 8 de maio de 2012, a Companhia possuía uma participação acionária na Zon Multimédia, empresa do grupo Portugal Telecom que presta serviço de TV por assinatura, *internet*, distribuição de conteúdos audiovisuais, cinema e telecomunicações. Tal participação foi alienada em 8 de maio de 2012.

Companhia AIX de Participações (AIX): Tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

Companhia ACT de Participações (ACT): Tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

c.3) Participações Societárias

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas direta e indiretamente e entidades controladas em conjunto e o percentual de participação acionária em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	Participação direta		Participação indireta		
Investidas	Investidora	Participação	Investidora	Participação	Participação Total
Subsidiárias integrais					
Vivo	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
TData	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
ATelecom	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
TSTV	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
Ajato	-	-	TSTV	100,00%	100,00%
GTR-T	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
TVA Sul	Telefônica Brasil	79,29%	GTR-T	20,71%	100,00%
Lemontree	Telefônica Brasil	100,00%	-	-	100,00%
Comercial Cabo	Telefônica Brasil	78,48%	Lemontree	21,52%	100,00%
Entidades controladas em conjunto					
Aliança	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%
AIX	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%
ACT	Telefônica Brasil	50,00%	-	-	50,00%

d. Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, e suas *American Depositary Shares* (ADS's) nível II, listadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE).

Notas Explicativas

d.1) Ações negociadas na BM&F Bovespa

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais.

Em Assembleia Geral e Extraordinária (AGE) de 3 de outubro de 2011 da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telecomunicações de São Paulo S.A. (Telesp), foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Telesp que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 6 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 paras as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de pregão para Telefônica Brasil.

d.2) Ações negociadas na NYSE

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de ADS's na NYSE, que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADS representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADS's com o código "VIV", na NYSE.
- Banco depositário no exterior: *The Bank of New York*.
- Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

e. Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália (Ato nº 3.804 de 07 de julho de 2009 e ao Ato nº 68.276 de 31 de outubro de 2007, ambos do Conselho Diretor da ANATEL)

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefónica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefónica S.A. detém o controle da Companhia que, por sua vez, é controladora da Vivo. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. (TIM), empresa de telefonia celular no Brasil. Entretanto a Telefónica S.A. e a Companhia não têm envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Companhia e as controladas e a TIM são transações normais do negócio de telefonia, as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 31 de março de 2013 com 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 30 de abril de 2013, autorizou a emissão destas informações trimestrais, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 6 de maio de 2013.

Notas Explicativas

As ITRs individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As ITRs consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, descritos a seguir:

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC), que não causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas ITRs:

IAS 1 *Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes:* As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou reciclados) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas emendas não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (Revisado em 2011): Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Venture* passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta emenda não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

IFRS 1 – Empréstimos do Governo (Revisões da IFRS 1): Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências do IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tivesse sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. As revisões entraram em vigor para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas revisões não causa impactos sobre a Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial.

IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Revisões da IFRS 7): Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32. A revisão entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas: A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia efetuou análise da referida norma e não identificou impactos significativos sobre as informações trimestrais.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para a Companhia no período de aplicação inicial.

IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias: Esta revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para a Companhia no período de aplicação inicial.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS *(International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC)*, que causam impactos significativos na posição financeira apresentada por estas ITRs:

A IFRS 11 substituiu o IAS 31 - *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13 - *Entidades Controladas em Conjunto (ECC) - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. A IFRS 11 eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma teve impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da Aliança, AIX e ACT. Com a aplicação da norma, os investimentos nas empresas citadas foram contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Esta entrou em vigor para exercícios anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013 e deve ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

Para facilitar o entendimento dos efeitos decorrentes da aplicação desta norma, a seguir apresentamos as informações consolidadas do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e da demonstração de resultados para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 com os devidos ajustes e algumas reclassificações efetuadas para melhor apresentação das informações consolidadas.

Notas Explicativas

ATIVO	Balanço patrimonial divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanço patrimonial de 31.12.12., divulgado em 31.03.13
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.196.079	(62.594)	7.133.485
Contas a receber, líquidas	5.513.436	(1.164)	5.512.272
Estoques	387.809	-	387.809
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	1.140	1.140
Tributos a recuperar	2.052.423	(2)	2.052.421
Depósitos e bloqueios judiciais	126.625	-	126.625
Operações com derivativos	41.109	-	41.109
Despesas antecipadas	248.337	-	248.337
Outros ativos	706.124	(141)	705.983
Total do ativo circulante	**16.271.942**	**(62.761)**	**16.209.181**
Não circulante			
Aplicações financeiras em garantia	109.708	-	109.708
Contas a receber, líquidas	93.378	-	93.378
Tributos a recuperar	738.965	-	738.965
Tributos diferidos	1.029.598	(1.710)	1.027.888
Depósitos e bloqueios judiciais	3.909.474	(206)	3.909.268
Operações com derivativos	286.278	-	286.278
Despesas antecipadas	31.396	-	31.396
Outros ativos	140.105	(47.797)	92.308
Investimentos	23.683	119.198	142.881
Imobilizado, líquido	17.610.851	(6.707)	17.604.144
Intangível, líquido	30.009.289	(3.592)	30.005.697
Total do ativo não circulante	**53.982.725**	**59.186**	**54.041.911**
Total do ativo	**70.254.667**	**(3.575)**	**70.251.092**

Notas Explicativas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Balanço patrimonial divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanço patrimonial de 31.12.12., divulgado em 31.03.13
Circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	416.355	(103)	416.252
Fornecedores	5.889.377	(309)	5.889.068
Impostos, taxas e contribuições	1.781.480	(230)	1.781.250
Empréstimos e financiamentos	1.255.323	-	1.255.323
Debêntures	702.215	-	702.215
Dividendos e juros sobre o capital próprio	467.831	-	467.831
Provisões	496.790	-	496.790
Operações com derivativos	29.586	-	29.586
Receita diferida	734.573	-	734.573
Grupamento de frações de ações	389.510	-	389.510
Licença de autorização	994.977	-	994.977
Outras obrigações	379.454	(37)	379.417
Total do passivo circulante	**13.537.471**	**(679)**	**13.536.792**
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições	488.749	-	488.749
Tributos diferidos	1.216.651	-	1.216.651
Empréstimos e financiamentos	3.756.001	-	3.756.001
Debêntures	2.253.690	-	2.253.690
Provisões (a)	3.846.899	(393.262)	3.453.637
Obrigações com planos de benefícios pós emprego (a)	-	392.269	392.269
Operações com derivativos	26.545	-	26.545
Receita diferida	303.362	-	303.362
Outras obrigações	144.179	(1.903)	142.276
Total do passivo não circulante	**12.036.076**	**(2.896)**	**12.033.180**
Patrimônio líquido	**44.681.120**	**-**	**44.681.120**
Total do passivo e patrimônio líquido	**70.254.667**	**(3.575)**	**70.251.092**

(a) Os montantes de passivo atuarial de planos de benefícios pós emprego foram reclassificados de "Provisões" para uma linha específica "Obrigações com planos de benefícios pós emprego".

	Demonstração de resultados do 1T12, divulgada em 31.03.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Demonstração de resultados do 1T12, divulgada em 31.03.13
Receita operacional líquida	8.314.330	(3.045)	8.311.285
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas (a)	(4.234.140)	(15.677)	(4.249.817)
Lucro bruto	**4.080.190**	**(18.722)**	**4.061.468**
Despesas com comercialização (a)	(2.174.991)	14.682	(2.160.309)
Despesas gerais e administrativas	(559.163)	3.023	(556.140)
Outras receitas operacionais, líquidas	183.008	(87)	182.921
Resultado de equivalência patrimonial	-	507	507
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	**1.529.044**	**(597)**	**1.528.447**
Receitas financeiras	336.350	(142)	336.208
Despesas financeiras	(399.419)	-	(399.419)
Lucro antes dos tributos	**1.465.975**	**(739)**	**1.465.236**
Imposto de renda e contribuição social	(509.397)	739	(508.658)
Lucro líquido do período	**956.578**	**-**	**956.578**

(a) O montante de R$14.682 refere-se a valores de *co-billing,* que foram reclassificados entre "Custo dos Serviços Prestados" e "Despesas com Comercialização.

Notas Explicativas

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS *(International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC)* ainda não em vigor em 31 de março de 2013

IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões do IAS 32: Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial e passam a vigorar para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração: A norma IFRS 9, conforme emitida reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição do IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido no IAS 39. A norma inicialmente vigorou para exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Caixa e contas bancárias	15.216	18.398	161.882	94.304
Aplicações financeiras	3.006.234	3.060.884	6.589.068	7.039.181
Total	**3.021.450**	**3.079.282**	**6.750.950**	**7.133.485**

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

4. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Valores faturados	1.619.037	1.622.311	4.059.380	4.032.169
Valores a faturar	768.233	804.965	1.648.658	1.675.091
Valores de interconexão	371.483	338.014	1.040.164	977.644
Contas a receber bruto	**2.758.753**	**2.765.290**	**6.748.202**	**6.684.904**
Provisão para redução ao valor recuperável	(639.264)	(614.566)	(1.137.807)	(1.079.254)
Total	**2.119.489**	**2.150.724**	**5.610.395**	**5.605.650**
Circulante	2.119.489	2.150.724	5.514.537	5.512.272
Não circulante	-	-	95.858	93.378

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por idade de vencimento (*aging list*):

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
A vencer	1.302.581	1.395.227	4.175.949	4.297.961
Vencidas – 1 a 30 dias	397.458	377.142	733.927	718.838
Vencidas – 31 a 60 dias	129.774	113.042	266.502	218.930
Vencidas – 61 a 90 dias	70.844	51.107	164.568	188.835
Vencidas – 91 a 120 dias	28.978	27.955	64.125	60.648
Vencidas – mais de 120 dias	189.854	186.251	205.324	120.438
Total	**2.119.489**	**2.150.724**	**5.610.395**	**5.605.650**

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

As movimentações da provisão para redução ao valor recuperável, são como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	**(614.566)**	**(1.079.254)**
Ingressos (nota 24)	(80.152)	(203.086)
Baixas	55.454	144.533
Saldo em 31.03.13	**(639.264)**	**(1.137.807)**

A controlada A.Telecom possui o produto “Soluciona TI” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 como Arrendamento Mercantil Financeiro.

O saldo consolidado das contas a receber em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 contempla os seguintes efeitos:

	31.03.13	31.12.12
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	304.602	294.245
Receita financeira não realizada	7.755	7.757
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber	**312.357**	**302.002**
Provisão para redução ao valor recuperável	(90.842)	(86.648)
Total dos valores a receber líquidos	**221.515**	**215.354**
Circulante	125.657	121.976
Não circulante	95.858	93.378

O cronograma de vencimentos em 31 de março de 2013 é como segue:

	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	208.744	208.744
A vencer até cinco anos	103.613	95.858
Total	**312.357**	**304.602**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

Notas Explicativas

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Materiais para consumo	49.121	39.641	69.441	59.417
Materiais para revenda (a)	5.835	5.835	390.799	380.163
Outros estoques	3.637	3.835	3.770	4.005
Total bruto	**58.593**	**49.311**	**464.010**	**443.585**
Provisão para redução ao valor realizável e obsolescência	(27.181)	(24.908)	(59.966)	(55.776)
Total	**31.412**	**24.403**	**404.044**	**387.809**

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e para obsolescência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	**(24.908)**	**(55.776)**
Adições	(2.273)	(42.700)
Reversões	-	38.510
Saldo em 31.03.13	**(27.181)**	**(59.966)**

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os valores da provisão para redução ao valor realizável e obsolescência estão demonstrados na nota 23.

6. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

6.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Impostos e contribuições retidos na fonte	114.899	106.693	146.493	141.620
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	251.839	453.933	393.769	528.109
ICMS (a)	354.407	366.211	1.621.720	1.631.088
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06 (b)	180.727	178.535	284.993	288.520
PIS e COFINS	39.437	39.265	95.700	148.092
Outros	8.586	6.916	61.617	53.957
Total	**949.895**	**1.151.553**	**2.604.292**	**2.791.386**
Circulante	448.825	602.328	1.900.911	2.052.421
Não circulante	501.070	549.225	703.381	738.965

(a) Inclui créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.
(b) Refere-se ao pedido de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram canceladas posteriormente.

6.2 Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Ativo diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a)	133.166	21.290	133.166	21.290
Crédito fiscal incorporado (b)	6.307	9.461	6.307	9.461
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	831.259	805.557	1.146.902	1.104.065
Planos de benefícios pós emprego	129.003	126.605	135.925	133.371
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	102.408	93.442	186.312	169.434
Provisão para desimobilização, perdas e alienação de ativos	7.201	7.467	186.995	210.107
Participação nos resultados	15.618	34.888	34.293	62.218
Depreciação acelerada contábil	132.570	128.070	224.155	421.768
Provisão para redução ao valor realizável dos estoques	9.242	8.469	15.380	13.951
Provisão para programa de fidelização	-	-	29.391	28.168
Operações com derivativos	26.847	26.522	32.259	42.922
Fornecedores e outras provisões	103.030	62.314	345.792	290.199
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	27.095	81.926	90.087	134.460
Total do ativo diferido	**1.523.746**	**1.406.011**	**2.566.964**	**2.641.414**
Passivo diferido				
Crédito fiscal incorporado (b)	(286.519)	(269.514)	(286.519)	(269.514)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Lei da Inovação tecnológica	(205.660)	(209.185)	(407.928)	(416.700)
Variação cambial	(3.893)	(3.383)	(3.893)	(3.383)
Carteira de clientes	(525.255)	(546.383)	(525.255)	(546.383)
Marcas e patentes	(501.021)	(508.178)	(501.021)	(508.178)
Licença	(479.853)	(399.878)	(479.853)	(399.878)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(400.780)	(344.927)	(400.780)	(344.927)
Ágios da Vivo Part.	(320.244)	(266.870)	(320.244)	(266.870)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(68.858)	(74.344)	(68.858)	(74.344)
Total do passivo diferido	**(2.792.083)**	**(2.622.662)**	**(2.994.351)**	**(2.830.177)**
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	**(1.268.337)**	**(1.216.651)**	**(427.387)**	**(188.763)**
Total do ativo diferido líquido, não circulante	**-**	**-**	**840.950**	**1.027.888**
Total do passivo diferido líquido, não circulante	**(1.268.337)**	**(1.216.651)**	**(1.268.337)**	**(1.216.651)**

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

a) Prejuízo fiscal e base negativa: representa o montante registrado, pela Companhia e controladas, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. As controladas TData, TSTV, Ajato, GTR-T, Lemontree, TVA Sul e Comercial Cabo não contabilizaram o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos que seriam gerados pela utilização de seus prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R$325.913 em 31 de março de 2013 (R$301.081 em 31 de dezembro de 2012), tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade de gerar resultados tributáveis futuros suficientes que assegurem a realização desses tributos diferidos.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais pela Companhia e suas controladas decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos e não reconhecidos. Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013, não ocorreu nenhuma mudança significativa nos negócios da Companhia e suas controladas que indicasse a necessidade de provisão para perdas dos referidos créditos tributários.

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.12	48.264	102.486	150.750	930.409	997.434	1.927.843
Crédito fiscal (25% + 9%)	12.066	9.224	21.290	232.602	89.769	322.371
Crédito fiscal reconhecido	12.066	9.224	21.290	12.066	9.224	21.290
Crédito fiscal não reconhecido	-	-	-	220.536	80.545	301.081
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.03.13	373.990	440.762	814.752	1.332.447	1.399.638	2.732.085
Crédito fiscal (25% + 9%)	93.498	39.669	133.166	333.112	125.967	459.079
Crédito fiscal reconhecido	93.498	39.669	133.166	93.498	39.669	133.166
Crédito fiscal não reconhecido	-	-	-	239.614	86.299	325.913

b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

c) IR e CS sobre diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

As movimentações do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos são demonstradas a seguir:

	Controladora			Consolidado		
Ativo Diferido	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total
Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	**21.290**	**1.384.721**	**1.406.011**	**21.290**	**2.620.124**	**2.641.414**
Adições	111.876	42.664	154.540	111.876	116.378	228.254
Baixas e realizações	-	(36.805)	(36.805)	-	(302.704)	(302.704)
Saldo em 31.03.13	**133.166**	**1.390.580**	**1.523.746**	**133.166**	**2.433.798**	**2.566.964**

Passivo Diferido	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	**(2.622.662)**	**(2.830.177)**
Adições	(206.719)	(206.719)
Baixas e realizações	37.298	42.545
Saldo em 31.03.13	**(2.792.083)**	**(2.994.351)**

7. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Depósitos judiciais				
Trabalhista	861.118	830.081	971.689	933.866
Tributário	1.574.155	1.549.738	2.217.139	2.182.513
Cível	676.544	667.646	878.795	866.668
Total	**3.111.817**	**3.047.465**	**4.067.623**	**3.983.047**
Bloqueios judiciais	12.964	20.791	47.018	52.846
Total	**3.124.781**	**3.068.256**	**4.114.641**	**4.035.893**
Circulante	-	-	131.518	126.625
Não Circulante	3.124.781	3.068.256	3.983.123	3.909.268

Notas Explicativas

b) Movimentação

	Controladora				
	Trabalhista	Tributário	Cível	Bloqueio Judicial	Total
Saldos em 31.12.12 no ativo não circulante	**830.081**	**1.549.738**	**667.646**	**20.791**	**3.068.256**
Ingressos	53.212	4.239	3.397	6.340	67.188
Baixas/reversões	(32.357)	-	(3.376)	(10.327)	(46.060)
Atualização monetária	7.304	20.178	7.915	-	35.397
Transferências	2.878	-	962	(3.840)	-
Saldos em 31.03.13 no ativo não circulante	**861.118**	**1.574.155**	**676.544**	**12.964**	**3.124.781**

	Consolidado				
	Trabalhista	Tributário	Cível	Bloqueio Judicial	Total
Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	**933.866**	**2.182.513**	**866.668**	**52.846**	**4.035.893**
Ingressos	60.375	5.475	9.568	4.319	79.737
Baixas/reversões	(36.483)	-	(11.458)	(6.210)	(54.151)
Atualização monetária	11.053	29.151	12.958	-	53.162
Transferências	2.878	-	1.059	(3.937)	-
Saldos em 31.03.13	**971.689**	**2.217.139**	**878.795**	**47.018**	**4.114.641**
Circulante	42.648	16.181	44.778	27.911	131.518
Não Circulante	929.041	2.200.958	834.017	19.107	3.983.123

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante de R$1.574.155 (R$1.549.738 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$2.217.139 (R$2.182.513 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado. Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

  A Vivo está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

  Em 31 de março de 2013, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$63.964 (R$62.924 em 31 de dezembro de 2012).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)

  A Companhia e suas controladas têm questionamentos administrativos e judiciais, visando afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

  Em 31 de março de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R$5.073 (R$5.038 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$140.055 (R$136.211 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Notas Explicativas

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

  A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces.

  Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas questionam em âmbito judicial a referida taxa.

  Em 31 de março de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$829.049 (R$818.502 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

  A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte (operadoras fixas); (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio (operadoras móveis); e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

  Em 31 de março de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R$49.281 (R$48.759 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$59.040 (R$58.367 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

  A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; e (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento – débitos do Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF).

  Em 31 de março de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R$24.380 (R$24.095 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$25.730 (R$25.422 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

  O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) ingressou com mandado de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e suas controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

  Em 31 de março de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R$36.386 (R$34.765 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$383.824 (R$370.026 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Notas Explicativas

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

  A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de anular lançamento decorrente da cobrança de SAT e verbas de terceiros sobre pagamentos de "Indenização Compensatória por Supressão de Benefícios" em razão da supressão, por Acordo Coletivo de Trabalho de 1996/1997 e 1998/1999 e diferencial de alíquota de SAT (1% para 3% de seguro de acidente de trabalho).

  Em 31 de março de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$93.843 (R$91.915 em 31 de dezembro de 2012).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

  A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não recolher os adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

  Em 31 de março de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$67.307 (R$66.386 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

  A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

  Em 31 de março de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$49.826 (R$49.355 em 31 de dezembro de 2012).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

  A Companhia e suas controladas ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e de exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST nas operadoras fixas e não inclusão das receitas de ITX e EILD na base de cálculo do FUST nas operadoras móveis, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6° da Lei n.° 9.998, de 17 de agosto de 2000.

  Em 31 de março de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R$339.053 (R$330.331 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$351.037 (R$341.403 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

  Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A pela Vivo Part., incorporada pela Companhia em 2011, foi absorvido o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central do Brasil para conversão de empréstimo externo em investimento.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$21.037 (R$20.899 em 31 de dezembro de 2012).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago.

Em 31 de março de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R$166 (R$168 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$34.797 (R$34.235 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 31 de março de 2013, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R$58.754 (R$59.525 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$97.630 (R$106.868 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Taxa fistel (a)	-	-	189.959	-
Propaganda e publicidade	5.065	817	152.417	173.688
Alugueis	4.890	8.738	19.350	31.207
Seguros	3.038	4.731	5.759	10.705
Manutenção de *software*	14.917	4.496	25.278	7.872
Encargos financeiros	-	-	3.857	3.247
Impostos, taxas e contribuições	13.437	343	13.526	1.654
Outras	3.043	7.485	16.418	19.964
Total circulante	**44.390**	**26.610**	**426.564**	**248.337**
Propaganda e publicidade	-	-	107	130
Alugueis	10.943	11.795	18.756	20.000
Seguros	2.781	3.144	3.180	3.545
Encargos financeiros	-	-	3.506	3.905
Outras	1.665	1.781	3.845	3.816
Total não circulante	**15.389**	**16.720**	**29.394**	**31.396**

Notas Explicativas

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2013 que foram pagos em março de 2013 e serão amortizados até o final do exercício.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Adiantamentos a empregados e fornecedores	49.700	70.888	83.915	97.152
Créditos com partes relacionadas	108.141	95.916	36.069	38.033
Subsídio na venda de aparelhos celulares	-	-	21.931	53.756
Crédito com fornecedores	29.632	16.930	96.493	479.283
Outros valores a realizar	15.346	14.711	40.989	37.759
Total circulante	**202.819**	**198.445**	**279.397**	**705.983**
Adiantamento para futuro aumento de capital	46.050	-	-	-
Superávit plano de pensão	17.999	17.595	48.979	48.048
Crédito com fornecedores	33.341	-	33.341	-
Créditos com partes relacionadas	55.783	34.643	19.915	20.118
Outros valores a realizar	22.850	23.349	24.429	24.142
Total não circulante	**176.023**	**75.587**	**126.664**	**92.308**

10. INVESTIMENTOS

A seguir demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas da Companhia.

a) *Informações das investidas – Subsidiárias Integrais*

	Em 31 de março de 2013							
	Vivo	TData	ATelecom	TSTV	TVA Sul	Lemontree	Comercial Cabo	GTR-T
Ativo								
Circulante	9.449.542	316.045	511.034	27.601	3.240	47	23.468	802
Não circulante	12.673.193	139.035	405.729	158.619	41.574	7.743	168.175	583
Total do ativo	**22.122.735**	**455.080**	**916.763**	**186.220**	**44.814**	**7.790**	**191.643**	**1.385**
Passivo								
Circulante	7.338.285	172.115	223.775	30.958	5.584	444	84.503	21
Não circulante	4.783.084	30.176	56.728	14.101	36.417	50	72.519	-
Patrimônio líquido	10.001.366	252.789	636.260	141.161	2.813	7.296	34.621	1.364
Total do passivo	**22.122.735**	**455.080**	**916.763**	**186.220**	**44.814**	**7.790**	**191.643**	**1.385**

	Em 31 de dezembro de 2012							
	Vivo	TData	ATelecom	TSTV	TVA Sul	Lemontree	Comercial Cabo	GTR-T
Ativo								
Circulante	9.877.926	358.299	498.074	40.087	2.178	6	25.435	801
Não circulante	13.263.918	140.763	414.985	160.603	41.327	11.835	167.688	1.074
Total do ativo	**23.141.844**	**499.062**	**913.059**	**200.690**	**43.505**	**11.841**	**193.123**	**1.875**
Passivo								
Circulante	8.213.367	174.535	218.126	34.818	9.522	437	117.652	14
Não circulante	4.887.981	19.191	54.165	2.744	28.798	-	21.830	-
Patrimônio líquido	10.040.496	305.336	640.768	163.128	5.185	11.404	53.641	1.861
Total do passivo	**23.141.844**	**499.062**	**913.059**	**200.690**	**43.505**	**11.841**	**193.123**	**1.875**

	Vivo	TData	ATelecom	TSTV	TVA Sul	Lemontree	Comercial Cabo	GTR-T
Lucro líquido (prejuízo)								
Em 31 de março de 2013	895.816	(52.153)	(4.472)	(21.967)	(1.880)	(4.108)	(14.926)	(497)
Em 31 de março de 2012	898.236	(40.146)	(6.761)	(12.141)	(1.478)	(3.385)	(6.011)	(357)

Notas Explicativas

b) *Informações das investidas – Controladas em Conjunto*

	Em 31 de março de 2013			Em 31 de dezembro de 2012		
	Aliança	AIX	ACT	Aliança	AIX	ACT
Ativo						
Circulante	111.224	16.304	10	116.322	13.414	10
Não circulante	-	116.716	-	-	120.024	-
Total do ativo	**111.224**	**133.020**	**10**	**116.322**	**133.438**	**10**
Passivo						
Circulante	2.144	3.664	2	2.302	3.280	-
Não circulante	-	5.920	-	-	5.792	-
Patrimônio líquido	109.080	123.436	8	114.020	124.366	10
Total do passivo	**111.224**	**133.020**	**10**	**116.322**	**133.438**	**10**

	Aliança	AIX	ACT
Lucro líquido (prejuízo)			
Em 31 de março de 2013	20	(465)	(1)
Em 31 de março de 2012	90	419	(2)

c) *Movimentação dos Investimentos*

	Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.03.13
Participações	**11.328.398**	**795.367**	**(932.000)**	**(5.866)**	**11.185.899**
Subsidiárias integrais	**11.209.200**	**795.813**	**(932.000)**	**(3.376)**	**11.069.637**
A. Telecom S.A.	640.768	(4.472)	-	(36)	636.260
Telefônica Data S.A.	305.336	(52.153)	-	(394)	252.789
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	163.128	(21.967)	-	-	141.161
Vivo S.A.	10.040.496	895.816	(932.000)	(2.946)	10.001.366
GTR Participações e Empreendimentos S.A	1.861	(497)	-	-	1.364
Lemontree Participações S.A.	11.404	(4.108)	-	-	7.296
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	42.096	(14.926)	-	-	27.170
TVA Sul Paraná S.A.	4.111	(1.880)	-	-	2.231
Entidades controladas em conjunto	**119.198**	**(446)**	**-**	**(2.490)**	**116.262**
Aliança Atlântica Holding B.V. (a)	57.010	20	-	(2.490)	54.540
Companhia AIX de Participações (a)	62.183	(465)	-	-	61.718
Companhia ACT de Participações (a)	5	(1)	-	-	4
Ágios	**10.208.980**	-	-	-	**10.208.980**
Outras participações	**23.683**	-	-	**(11.258)**	**12.425**
Outros investimentos (a)	23.683	-	-	(11.258)	12.425
Total de investimentos na controladora	**21.561.061**	**795.367**	**(932.000)**	**(17.124)**	**21.407.304**
Aliança Atlântica Holding B.V. (a)	57.010	20	-	(2.490)	54.540
Companhia AIX de Participações (a)	62.183	(465)	-	-	61.718
Companhia ACT de Participações (a)	5	(1)	-	-	4
Outros investimentos (a)	23.683	-	-	(11.258)	12.425
Total de investimentos no consolidado	**142.881**	**(446)**	**-**	**(13.748)**	**128.687**

(a) Investimentos avaliados a valor justo.

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO LÍQUIDO

a) Composição

Em 31 de março de 2013:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.760.612	(10.525.864)	1.234.748	15.631.317	(13.381.351)	2.249.966
Equipamentos e meios de transmissão	20.698.477	(16.276.785)	4.421.692	31.117.654	(23.941.310)	7.176.344
Equipamentos terminais/modens	5.458.774	(4.362.036)	1.096.738	10.081.633	(8.572.763)	1.508.870
Infraestrutura	8.626.947	(6.149.961)	2.476.986	13.186.686	(9.195.608)	3.991.078
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	1.073.059	(815.273)	257.786
Outros	1.379.938	(1.237.327)	142.611	3.678.020	(2.907.867)	770.153
Provisões para perda	(13.558)	-	(13.558)	(18.568)	-	(18.568)
Bens e instalações em andamento	610.954	-	610.954	1.120.654	-	1.120.654
Total	**48.522.144**	**(38.551.973)**	**9.970.171**	**75.870.455**	**(58.814.172)**	**17.056.283**

Em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado - Reapresentado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.688.628	(10.459.546)	1.229.082	15.533.267	(13.282.873)	2.250.394
Equipamentos e meios de transmissão	20.514.733	(16.165.541)	4.349.192	30.733.907	(23.667.500)	7.066.407
Equipamentos terminais/modens	5.293.989	(4.219.074)	1.074.915	9.887.923	(8.319.035)	1.568.888
Infraestrutura	8.620.997	(6.103.762)	2.517.235	13.303.406	(9.041.716)	4.261.690
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	1.054.592	(861.018)	193.574
Outros	1.378.888	(1.224.644)	154.244	3.669.065	(2.863.220)	805.845
Provisões para perda	(14.262)	-	(14.262)	(19.073)	-	(19.073)
Bens e instalações em andamento	709.857	-	709.857	1.476.419	-	1.476.419
Total	**48.192.830**	**(38.172.567)**	**10.020.263**	**75.639.506**	**(58.035.362)**	**17.604.144**

b) Movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Depreciação (c)	Saldo em 31.03.13
Equipamentos de comutação	1.229.082	1.270	-	70.714	(66.318)	1.234.748
Equipamentos e meios de transmissão	4.349.192	94.348	(2.480)	100.953	(120.321)	4.421.692
Equipamentos terminais/modens	1.074.915	164.743	-	2.086	(145.006)	1.096.738
Infraestrutura	2.517.235	3.406	(7.836)	31.454	(67.273)	2.476.986
Outros	154.244	1.112	(66)	-	(12.679)	142.611
Provisões para perda (a)	(14.262)	-	2.717	(2.013)	-	(13.558)
Bens e instalações em andamento	709.857	105.740	(1.449)	(203.194)	-	610.954
Total	**10.020.263**	**370.619**	**(9.114)**	**-**	**(411.597)**	**9.970.171**

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	Adições	Baixas liquidas (a)	Transferências líquidas (b)	Depreciação (c)	Saldo em 31.03.13
Equipamentos de comutação	2.250.394	1.394	-	123.158	(124.980)	2.249.966
Equipamentos e meios de transmissão	7.066.407	106.475	(3.112)	312.106	(305.532)	7.176.344
Equipamentos terminais/modens	1.568.888	193.724	(28)	2.088	(255.802)	1.508.870
Infraestrutura	4.261.690	3.744	(7.664)	(87.258)	(179.434)	3.991.078
Materiais e equipamentos de televisão	193.574	18.467	-	78.871	(33.126)	257.786
Outros	805.845	5.266	(302)	20.375	(61.031)	770.153
Provisões para perda (a)	(19.073)	(414)	2.932	(2.013)	-	(18.568)
Bens e instalações em andamento	1.476.419	168.123	(2.057)	(521.831)	-	1.120.654
Total	**17.604.144**	**496.779**	**(10.231)**	**(74.504)**	**(959.905)**	**17.056.283**

(a) A Companhia e suas controladas reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

(b) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se a transferências entre o imobilizado e intangível.

(c) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas na linha de “Depreciação e Amortização” nas notas 23, 24 e 25.

Notas Explicativas

c) Taxas de depreciação

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, os ativos imobilizados foram depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Equipamentos de comutação	10,00 a 33,33
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 14,29
Equipamentos terminais/*modens*	10,00 a 66,67
Infraestrutura	4,00 a 66,67
Materiais e equipamentos de televisão	8,00 a 20,00
Outros ativos imobilizados	10,00 a 20,00

d) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante de R$129.507 (R$150.194 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$227.935 (R$235.847 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

12. INTANGÍVEL LÍQUIDO

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Ágios	-	-	10.225.280	10.225.280
Outros intangíveis	15.522.672	15.730.850	19.628.381	19.780.417
Total	**15.522.672**	**15.730.850**	**29.853.661**	**30.005.697**

A seguir apresentamos a composição dos ágios em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Ajato Telecomunicação Ltda.	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	7.169.577
Telemig Celular S. A. (e)	133.896
Telemig Celular Participações S. A. (e)	1.485.172
Global Telecom S. A. (e)	204.762
Tele Centro Oeste Celular Participações S. A. (e)	150.930
Ceterp Celular S. A. (e)	16.151
Total	**10.225.280**

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
(c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
(d) Ágio gerado na aquisição da Vivo Part. em abril de 2011.
(e) Ágios oriundos da Vivo Part., vertidos para a Companhia através da incorporação ocorrida em 2011.

Notas Explicativas

O saldo de outros intangíveis estava composto em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

Em 31 de março de 2013:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.263.897	(2.709.876)	554.021	9.705.753	(7.818.823)	1.886.930
Carteira de clientes	1.990.278	(445.411)	1.544.867	2.114.561	(569.694)	1.544.867
Marcas e Patentes	1.601.408	(127.818)	1.473.590	1.643.511	(169.921)	1.473.590
Licença	12.644.000	(696.000)	11.948.000	16.987.547	(2.435.305)	14.552.242
Outros	187.711	(185.517)	2.194	290.078	(264.289)	25.789
Software em Andamento	-	-	-	144.963	-	144.963
Total	**19.687.294**	**(4.164.622)**	**15.522.672**	**30.886.413**	**(11.258.032)**	**19.628.381**

Em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado - Reapresentado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.215.274	(2.652.564)	562.710	9.516.522	(7.625.698)	1.890.824
Carteira de clientes	1.990.278	(383.269)	1.607.009	2.114.561	(507.552)	1.607.009
Marcas e Patentes	1.601.408	(106.767)	1.494.641	1.643.511	(148.870)	1.494.641
Licença	12.644.000	(580.000)	12.064.000	16.987.547	(2.275.703)	14.711.844
Outros	187.711	(185.221)	2.490	708.577	(683.520)	25.057
Softwares em andamento	-	-	-	51.042	-	51.042
Total	**19.638.671**	**(3.907.821)**	**15.730.850**	**31.021.760**	**(11.241.343)**	**19.780.417**

b) Movimentação

	Controladora				
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas liquidas	Amortização (b)	Saldo em 31.03.13
Softwares	562.710	48.624	10	(57.323)	554.021
Carteira de clientes	1.607.009	-	-	(62.142)	1.544.867
Marcas e patentes	1.494.641	-	-	(21.051)	1.473.590
Licença	12.064.000	-	-	(116.000)	11.948.000
Outros	2.490	-	-	(296)	2.194
Total	**15.730.850**	**48.624**	**10**	**(256.812)**	**15.522.672**

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas (a)	Amortização (b)	Saldo em 31.03.13
Softwares	1.890.824	83.065	6	105.431	(192.396)	1.886.930
Carteira de clientes	1.607.009	-	-	-	(62.142)	1.544.867
Marcas e Patentes	1.494.641	-	-	-	(21.051)	1.473.590
Licença	14.711.844	-	-	-	(159.602)	14.552.242
Outros	25.057	1.474	-	1.438	(2.180)	25.789
Softwares em andamento	51.042	126.286	-	(32.365)	-	144.963
Total	**19.780.417**	**210.825**	**6**	**74.504**	**(437.371)**	**19.628.381**

(a) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se a transferências entre o imobilizado e intangível.
(b) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" nas notas 23, 24 e 25.

c) Taxas de amortização

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, os outros ativos intangíveis foram amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
Software	20,00	20,00 a 33,33
Carteira de clientes	10,00	9,00 a 15,00
Marcas e patentes	5,00	5,00
Licenças	3,60 a 20,00	3,60 a 20,00
Outros ativos intangíveis	10,00 a 20,00	10,00 a 20,00

13. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Salários e remunerações	31.351	34.771	58.296	38.640
Encargos e benefícios sociais	91.946	81.576	226.196	204.675
Participação de empregados nos resultados	31.855	89.433	67.940	172.937
Total	**155.152**	**205.780**	**352.432**	**416.252**

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Fornecedores diversos	1.712.621	1.741.088	4.457.043	5.205.202
Valores a repassar	93.364	93.239	140.496	151.809
Interconexão / Interligação	322.580	356.720	494.453	532.057
Total	**2.128.565**	**2.191.047**	**5.091.992**	**5.889.068**

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Tributos sobre a renda	-	-	**196.005**	**243.399**
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	196.005	243.399
Tributos indiretos	**514.228**	**559.112**	**2.162.798**	**2.026.600**
ICMS (b)	406.566	405.103	1.536.449	1.534.750
PIS e COFINS	86.528	135.006	297.912	362.911
Fust e Funttel	10.908	11.886	32.269	34.853
Taxa fistel	-	-	197.501	-
Outros	10.226	7.117	98.667	94.086
Total	**514.228**	**559.112**	**2.358.803**	**2.269.999**
Circulante	484.754	529.055	1.857.644	1.781.250
Não circulante	29.474	30.057	501.159	488.749

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

(b) A parcela do passivo não circulante, inclui o valor de R$449.817 em 31 de março de 2013 (R$437.295 em 31 de dezembro de 2012) referentes ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, referente à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49° mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

Notas Explicativas

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

16.1 – Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados a valor justo, quando aplicável.

				Controladora		Consolidado	
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+3,73%	15/05/15	841.263	938.063	841.263	938.063
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+1,73%	15/05/15	45.526	50.770	45.526	50.770
Financiamento – BNDES	R$	5,50%	15/01/21	1.900	1.957	1.900	1.957
Empréstimo – Mediocrédito	US$	1,75%	02/02/14	6.081	9.310	6.081	9.310
Empréstimo – Resolução 4131	US$	4,10%	25/10/13	322.221	326.263	322.221	326.263
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+0% a 4,30%	15/07/19	-	-	1.838.486	1.916.737
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	-	-	441.132	455.296
Financiamento – BNDES	R$	4,50% a 5,50%	15/10/20	-	-	141.913	146.365
Empréstimos – BEI	US$	4,18% a 4,47%	02/03/15	-	-	771.897	795.601
Financiamento – BNB	R$	10,00%	30/10/16	-	-	312.702	338.610
Comissão BBVA		0,43%	28/02/15	-	-	224	241
Financiamento - BNDES	URTJLP (a)	TJLP+5,0%	15/01/15	-	-	1.823	2.071
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+5,70%	15/04/16	-	-	2.132	2.312
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+9,00%	15/04/16	-	-	1.751	1.901
Financiamento - BNDES PSI	R$	5,50% e 8,70%	15/04/16	-	-	32.272	25.471
Financiamento - Leasing	R$	14,70%	09/11/13	-	-	254	356
Total				**1.216.991**	**1.326.363**	**4.761.577**	**5.011.324**
Circulante				739.630	743.941	1.247.327	1.255.323
Não circulante				477.361	582.422	3.514.250	3.756.001

(a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
(b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
(c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

<u>Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES</u>

- Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para a Companhia para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.

- Em agosto de 2007, a Vivo contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e em 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

- Em 14 de outubro de 2011 foi contratada, junto ao BNDES, uma linha de financiamento no valor total de R$3.031.110. Os recursos desta linha são destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

  O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15 de julho de 2014, quando serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Notas Explicativas

Como dois dos cinco sub créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas definidas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultou em um saldo até 31 de março de 2013 de R$17.548 (R$18.322 em 31 de dezembro de 2012).

Até 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foram liberados R$1.802.113.

- Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento para a Vivo, junto ao BNDES no valor de até R$319.927 através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos estão sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R$184.489 e o saldo remanescente de R$135.438 foi cancelado.

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foi efetuado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultou em um saldo até 31 de março de 2013 de R$22.594 (R$23.876 em 31 de dezembro de 2012).

- Com o processo de conferência de acervo patrimonial, a Vivo passou a responder pelos contratos de financiamento que antes pertenciam à extinta Vivo Part., cujo saldo era de R$25.933 em 31 de março de 2013 (R$26.825 em 31 de dezembro de 2012).

- Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a Comercial Cabo no valor total de R$40.163 junto ao BNDES. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R$9.493 junto ao BNDES, prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal que foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. Até 31 de março de 2013 foram liberados R$41.950 (R$41.950 em 31 de dezembro de 2012). Estas operações se enquadram no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), e as subvenções concedidas pelo BNDES, ajustadas a valor presente, resultaram em 31 de março de 2013 em R$2.469 (R$2.404 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

- Em dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento para a Companhia no valor total de R$5.417 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Em 31 de março de 2013 o saldo era de R$1.900 (R$1.946 em 31 de dezembro de 2012). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 31 de março de 2013 em R$320 (R$331 em 31 de dezembro de 2012).

- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento junto ao BNDES para a Companhia e para a Vivo nos montantes de R$21.783 e R$331.698, respectivamente, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos.

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um *hedge* efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de março de 2013 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo junto ao BEI no valor €250 milhões (equivalente na contratação à US$365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

Banco do Nordeste – BNB

- Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

- Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Notas Explicativas

16.2 – Debêntures

	Controladora/Consolidado				
	Moeda	Encargos	Vencimento	31.03.13	31.12.12
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R$	106,00% a 112,00% do CDI	15/10/14	758.060	744.678
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R$	IPCA+7,00%	15/10/14	96.808	96.249
Debêntures (1ª emissão) – Telemig	R$	IPCA+0,50%	05/07/21	73.790	72.137
Debêntures (3ª emissão)	R$	100,00% do CDI + 0,75	10/09/17	2.007.757	2.044.674
Custo de emissões	R$			(1.547)	(1.833)
Total				**2.934.868**	**2.955.905**
Circulante				678.768	702.215
Não circulante				2.256.100	2.253.690

Captação pela Vivo Part.

4ª Emissão

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Part. aprovou a 4ª emissão pública, pela Vivo Part., de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R$600 milhões, acrescida de R$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Vivo Part. e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de "*Bookbuilding*".

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Vivo Part. e para reforço do seu capital de giro.

Os custos de transação associados a esta emissão, cujo montante em 31 de março de 2013 era de R$607 (R$840 em 31 de dezembro de 2012), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R$98 milhões a 106,00% CDI.

Notas Explicativas

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1º série da 4º emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R$93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R$4.850 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

As repactuações da 2ª e 3ª séries estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Em 31 de março de 2013 o saldo total era de R$854.868 (R$840.927 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Telemig Celular S.A.(Telemig, empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010)

1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

Em 31 de março de 2013 o saldo era de R$73.790 (R$72.137 em 31 de dezembro de 2012).

Captação pela Companhia

3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R$2 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

Notas Explicativas

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para: (i) investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (4G), especificamente para liquidar o preço da autorização obtida pela Vivo no leilão 4G; e (ii) na manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de março de 2013 era de R$940 (R$993 em 31 de dezembro de 2012), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 31 de março de 2013 o saldo total era de R$2.007.757 (R$2.044.674 em 31 de dezembro de 2012).

16.3 – Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2013 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2014	488.360	1.074.589
2015	170.193	1.151.924
2016	283	434.526
2017	2.000.283	2.388.108
2018 em diante	74.342	721.203
Total	**2.733.461**	**5.770.350**

16.4 – Cláusulas Restritivas

A Companhia e a Vivo possuem empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de março de 2013 era de R$3.166.407 (R$3.360.866 em 31 de dezembro de 2012). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de março de 2013 era de R$853.321 (R$839.094 em 31 de dezembro de 2012), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

O contrato da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010) com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, relativo às debêntures, cujo saldo em 31 de março de 2013 era de R$73.790 (R$72.137 em 31 de dezembro de 2012), possui cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

Notas Explicativas

16.5 - Garantias

Em 31 de março de 2013, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e a Vivo, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R$1.838.486 (URTJLP) R$441.132 (UMBND) R$141.913 (PSI - Vivo)	• Contrato (2007) R$437.340: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato (PSI) R$141.913: alienação dos ativos financiados. • Contrato (2011) R$1.842.278: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Telefônica Brasil é interveniente garantidora
Banco Europeu de Investimento – BEI	R$771.897	• Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R$312.702	• Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. • Telefônica Brasil é interveniente fiadora.

17. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

A seguir, demonstramos os saldos a receber e a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio.

a) Composição dos saldos a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Vivo	2.298	390.747	-	-
Aliança	1.140	1.140	1.140	1.140
ATelecom	2.218	2.218	-	-
Total	**5.656**	**394.105**	**1.140**	**1.140**

b) Movimentação dos saldos a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12 - Reapresentado	**394.105**	**1.140**
Dividendos complementares de 2012	932.000	-
Recebimentos de dividendos e JSCP	(1.320.449)	-
Saldo em 31.03.13	**5.656**	**1.140**

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de suas controladas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

Notas Explicativas

c) Composição dos saldos a pagar:

	Controladora/Consolidado	
	31.03.13	31.12.12
Acionistas não controladores	534.730	467.831
Total	**534.730**	**467.831**

d) Movimentação dos saldos a pagar:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.12	**467.831**
Dividendos complementares de 2012	1.650.000
Pagamentos de dividendos e JSCP	(1.583.101)
Saldo em 31.03.13	**534.730**

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

18. PROVISÕES

a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Provisões para demandas judiciais e administrativas				
Trabalhistas	629.271	598.733	751.093	717.247
Tributárias	1.358.370	1.336.071	1.987.911	1.952.050
Cíveis e regulatório	598.993	568.225	843.231	795.294
Subtotal	**2.586.634**	**2.503.029**	**3.582.235**	**3.464.591**
Passivo contingente (a)	267.967	264.520	267.967	264.520
Provisão para desimobilização (b)	22.868	24.935	229.687	221.316
Total	**2.877.469**	**2.792.484**	**4.079.889**	**3.950.427**
Circulante	347.808	334.852	521.111	496.790
Não circulante	2.529.661	2.457.632	3.558.778	3.453.637

(a) Decorrente do PPA gerado na aquisição do controle da Vivo Part. em 2011.
(b) Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolverem aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Notas Explicativas

b) Movimentação:

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desimobilização	Total
Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	**598.733**	**1.336.071**	**568.225**	**264.520**	**24.935**	**2.792.484**
Ingressos	105.083	4.460	29.140	1.334	-	140.017
Baixas por reversão	(63.021)	-	(12.674)	(441)	(2.067)	(78.203)
Baixas por pagamento	(18.851)	-	(7.075)	-	-	(25.926)
Atualização monetária	7.327	17.839	21.377	2.554	-	49.097
Saldos em 31.03.13	**629.271**	**1.358.370**	**598.993**	**267.967**	**22.868**	**2.877.469**
Circulante	38.642	-	309.166	-	-	347.808
Não circulante	590.629	1.358.370	289.827	267.967	22.868	2.529.661

	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desimobilização	Total
Saldos em 31.12.12 - Reapresentado	**717.247**	**1.952.050**	**795.294**	**264.520**	**221.316**	**3.950.427**
Ingressos	115.138	9.886	64.662	1.334	10.755	201.775
Baixas por reversão	(65.352)	(2.146)	(22.915)	(441)	(2.516)	(93.370)
Baixas por pagamento	(23.397)	(2.459)	(17.563)	-	-	(43.419)
Atualização monetária	7.457	30.580	23.753	2.554	132	64.476
Saldos em 31.03.13	**751.093**	**1.987.911**	**843.231**	**267.967**	**229.687**	**4.079.889**
Circulante	80.885	23.616	416.610	-	-	521.111
Não circulante	670.208	1.964.295	426.621	267.967	229.687	3.558.778

18.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
Grau de Risco	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Provável	629.271	598.733	751.093	717.247
Possível	50.979	61.756	277.279	274.156

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Civis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referentes a estas Ações Civis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

Notas Explicativas

18.2 Provisões e Contingências Tributárias

	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
Grau de Risco	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Provável	1.358.370	1.336.071	1.987.911	1.952.050
Possível	7.276.884	6.955.316	14.222.644	13.738.155

Provisões tributárias

Tributos Federais

Em 31 de março de 2013, a Companhia mantinha discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais, faturas e recebidos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) fixas: não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST e móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) TFI/TFF sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pela Companhia e controladas; (xi) compensação de FINSOCIAL; (xii) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xiii) COFINS - exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiv) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xv) Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL). Em 31 de março de 2013, os montantes provisionados totalizavam R$1.345.541 (R$1.323.434 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$1.890.746 (R$1.860.803 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Tributos Estaduais

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) ICMS sobre assinatura de TV; e (v) multa administrativa ambiental. Em 31 de março de 2013, os montantes provisionados totalizavam R$39 (R$36 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$72.078 (R$67.426 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Notas Explicativas

Tributos Municipais

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável. Em 31 de março de 2013, os montantes provisionados totalizavam R$12.790 (R$12.601 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$16.896 (R$16.648 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

As referidas ações versam sobre: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização (TVCF).

Outras Provisões

Em 31 de março de 2013, existiam provisões desvinculadas a demandas administrativa ou judicial, que versam sobre ISS referente à efetiva prestação dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. Em 31 de março de 2013, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$8.191 (R$7.173 em 31 de dezembro de 2012).

Contingências tributárias

Tributos Federais

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 31 de março de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R$1.396.399 (R$1.430.670 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$3.129.025 (R$3.146.736 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; (iii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iv) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) PIS incidente sobre *roaming*; (vi) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; (vii) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (viii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (ix) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (x) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (xi) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xii) IRPJ sobre operações com derivativos; (xiii) IRPJ e CSLL - glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e ágio decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo; e (xiv) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Notas Explicativas

Tributos Estaduais

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Em 31 de março de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R$4.361.054 (R$4.014.790 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$6.311.462 (R$5.870.365 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *moden* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) ICMS sobre consumo próprio; (xxi) ICMS sobre isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo; e (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos**.**

Tributos Municipais

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 31 de março de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R$380.416 (R$383.397 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$546.292 (R$544.323 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel (TUM) e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefónica Internacional (TISA); e (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Notas Explicativas

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

Mandados de Segurança impetrados, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6° da Lei n.° 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de março de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R$893.848 (R$883.771 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$1.996.900 (R$1.970.800 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instancia administrativa e 2ª instancia judicial. Em 31 de março de 2013, os montantes envolvidos totalizavam R$197.108 (R$195.126 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$623.011 (R$614.314 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (operadoras fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (operadoras móveis), a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam em âmbito judicial a referida taxa. Em 31 de março de 2013, os valores envolvidos totalizavam R$48.059 (R$47.562 em 31 de dezembro de 2012) na controladora com depósito integral e R$1.613.794 (R$1.589.479 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, sem o respectivo depósito judicial.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Notas Explicativas

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração (PPNUM)

A Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. Em 31 de março de 2013, o valor envolvido totalizava R$2.160 (R$2.138 em 31 de dezembro de 2012).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

18.3 Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
Grau de Risco	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Provável	598.993	568.225	843.231	795.294
Possível	2.045.410	2.012.725	2.700.765	2.656.850

Provisões cíveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável em 31 de março de 2013 foi provisionado o valor de R$32.914 (R$31.260 em 31 de dezembro de 2012).

- A Companhia e suas controladas são parte em demandas de natureza cível, nas esferas administrativa e judicial que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços. Estas demandas são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores, PROCON, bem como Ministérios Público Estadual e Federal. De igual modo, a Companhia e controladas, também figuram como demandadas, ou demandantes, em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas daquelas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2013, foi provisionado o montante de R$207.419 (R$193.216 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$404.307 (R$377.649 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

- A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, tendo como base para análise da provisão, a estatística da média histórica de condenação para ações semelhantes. Em 31 de março de 2013, foi provisionado o montante de R$80.672 (R$78.711 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

Provisões regulatórias

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. A avaliação de perda destes processos é provável tendo sido constituídas provisões em 31 de março de 2013 no montante de R$277.988 (R$265.038 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$325.338 (R$307.674 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado.

Contingências cíveis

- Plano Comunitário de Telefonia (PCT): Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R$248.737 (R$236.236 em 31 de dezembro de 2012). Este processo foi considerado como de risco de perda possível pelos consultores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo – pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese, restabelecimento ao *"status quo"* anterior. O processo está ainda em fase de instrução processual, pelo que não há decisão judicial em nenhuma instância. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

- Ações Civis Públicas propostas pela Associação dos Participantes da SISTEL (ASTEL) no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (FENAPAS), ambas propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Publico foi de R$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Notas Explicativas

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante de R$671.382 (R$643.432 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$1.277.943 (R$1.236.312 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.

- A Companhia e suas controladas vêm recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), para as quais a análise do grau de risco de perda possível efetuada pelos consultores jurídicos representa em 31 de março de 2013 um montante de R$4.110 (R$7.550 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R$15.888 (R$19.314 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado e, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.

- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (Lune), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

  Houve sentença desfavorável para determinar que a Vivo se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R$10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

Notas Explicativas

- Validade de plano pré-pago: A Vivo, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo especifico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para as quais a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de consultores jurídicos.

Contingências regulatórias

- A Companhia e suas controladas mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível consolidada no montante de R$1.158.197 (sendo R$1.121.181 na controladora, dos quais R$890.597 referente à avaliação dos processos administrativos, R$184.419 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados e R$46.165 referente à avaliação de outros processos judiciais) em 31 de março de 2013 e R$1.164.988 (sendo R$1.125.507 na controladora, dos quais R$903.926 referente à avaliação dos processos administrativos, R$177.736 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados e R$43.845 referente à avaliação de outros processos judiciais) em 31 de dezembro de 2012.

- Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

  Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também, as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

  Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

  No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Notas Explicativas

- Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91: trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), por Global Village Telecom Ltda (GVT), Intelig Telecomunicações Ltda (Intelig), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. (Claro), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. (TIM), TNL SCS S.A. (Oi) e Vivo, por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VUM, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos V do artigo 21; e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 e incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

  Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento; (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VUM e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VUM; e (iii) recomendou a condenação da Vivo, TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV e o artigo 21, inciso V, todos da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes *(price squeeze)*. Em 7 de novembro de 2012, o Ministério Público Federal proferiu parecer nos mesmos termos da nota da SDE e, em 12 de março de 2013, a Procuradoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) proferiu parecer pelo arquivamento de todas as acusações.

  O processo está em instrução no CADE, para posterior julgamento.

  A opinião dos consultores jurídicos da Companhia é de que o Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91 deve ser classificado como de risco possível de perda e, portanto, não foi constituída provisão. Caso o CADE venha a condenar as representadas apenas por *price squeeze*, estima-se que a multa pode variar de 0,1% a 0,5% do faturamento bruto da Vivo em 2006. Todavia na remota hipótese do CADE entender pela configuração de cartel, inicialmente afastada pela SDE e Ministério Público Federal, estima-se que a multa poderá variar entre 10% e 15% do faturamento bruto da Vivo em 2006.

  Vale ressaltar que a Lei nº 12.529/12 entrou em vigor no dia 29 de maio de 2012 e ainda não existe um número significativo de casos decididos pelo CADE, aplicando os novos critérios. A estimativa aqui indicada se baseia em uma conta proporcional que considerou jurisprudência anterior e os critérios da nova Lei.

18.4 Garantias

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	129.507	3.124.781	1.051.796	227.935	4.114.641	1.918.966
Total	**129.507**	**3.124.781**	**1.051.796**	**227.935**	**4.114.641**	**1.918.966**

Em 31 de março de 2013, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante de R$54.965 (R$49.728 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

19. RECEITAS DIFERIDAS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Receita de habilitação (a)	54.624	57.581	54.624	57.581
Cartões indutivos	5.353	9.948	5.353	9.948
Serviços e mercadorias (b)	-	-	540.349	558.165
Subvenções governamentais (d)	44	44	8.480	8.294
Programa de fidelização (e)	-	-	86.443	82.848
Outras receitas	3.579	2.170	19.426	17.737
Total circulante	**63.600**	**69.743**	**714.675**	**734.573**
Receita de habilitação (a)	33.435	31.786	33.435	31.786
Serviços e mercadorias (b)	-	-	35.543	38.742
Alienação de ativos imobilizados (c)	-	-	170.280	171.174
Doações de equipamentos (f)	-	-	14.880	16.235
Subvenções governamentais (d)	276	287	34.451	36.639
Outras receitas	3.515	6.949	5.883	8.786
Total não circulante	**37.226**	**39.022**	**294.472**	**303.362**

a) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.

b) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.

c) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, de propriedade da Vivo que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

d) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.

e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Vivo mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.

f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	**108.765**	**1.037.935**
Ingressos	18.469	14.995.530
Baixas	(26.408)	(15.024.318)
Saldo em 31.03.13	**100.826**	**1.009.147**
Circulante	63.600	714.675
Não circulante	37.226	294.472

Notas Explicativas

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12 - Reapresentado
Retenções de terceiros	63.794	56.929	140.947	139.120
Valores a restituir a assinantes	39.379	38.742	39.818	45.627
Arrendamento mercantil (a)	8.813	12.430	11.182	14.799
Obrigações com partes relacionadas	106.763	103.573	53.592	50.147
Ônus de renovação de licenças	100.544	83.991	141.854	106.877
Outros credores	21.515	15.241	25.312	22.847
Total circulante	**340.808**	**310.906**	**412.705**	**379.417**
Arrendamento mercantil (a)	-	-	17.863	18.460
Obrigações com partes relacionadas	7.276	7.168	7.150	7.201
Pessoal, encargos e benefícios sociais	14.082	13.179	14.084	13.224
Ônus de renovação de licenças	-	-	87.564	87.564
Outros credores	16.928	15.329	17.062	15.827
Total não circulante	**38.286**	**35.676**	**143.723**	**142.276**

(a) A Vivo e ATelecom possuem contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática e torres de transmissão.

b) Arrendamento mercantil

	Consolidado	
	31.03.13	31.12.12
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	46.307	51.025
Despesa financeira não realizada	(17.262)	(17.766)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	**29.045**	**33.259**
Circulante	11.182	14.799
Não circulante	17.863	18.460

O cronograma consolidado dos vencimentos do arrendamento mercantil é como segue:

	Consolidado	
	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	14.799	11.182
A vencer mais de um ano	31.508	17.863
Total	**46.307**	**29.045**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013.

c) Compromissos e garantias (aluguéis)

A Companhia aluga equipamentos e instalações, bem como a Vivo é arrendadora de diversas lojas, prédios administrativos e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de março de 2013, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram de R$5.141.732 e R$9.800.165, na controladora e consolidado, respectivamente.

Estes compromissos com aluguel de lojas, prédios administrativos e *sites* sob contratos não canceláveis apresentam os seguintes prazos:

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
Até um ano	457.840	1.192.289
Um ano até cinco anos	2.145.253	4.672.266
Mais de cinco anos	2.538.639	3.935.610
Total	**5.141.732**	**9.800.165**

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Capital total em ações	
Ordinárias	381.587.111
Preferenciais	744.014.819
Total	**1.125.601.930**
Ações em tesouraria	
Ordinárias	(251.440)
Preferenciais	(2.081.246)
Total	**(2.332.686)**
Ações em circulação	
Ordinárias	381.335.671
Preferenciais	741.933.573
Total	**1.123.269.244**
Valor Patrimonial por ação em circulação em R$:	
Em 31 de março de 2013	39,02
Em 31 de dezembro de 2012	39,78

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei n° 6.404/76.

Notas Explicativas

b. Prêmio Pago na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/ CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, incluindo as despesas capitalizadas no processo foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O processo de aquisição das participações dos acionistas não controladores na Lemontree e GTR resultou no montante de R$40.519, registrado nesta rubrica. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R$70.448.

c. Reservas de Capital

Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R$63.074.

Outras Reservas de Capital

Reserva decorrente do processo de incorporação das *holdings*: TBS Celular Participações Ltda, Portelcom Participações S.A. e PTelecom Brasil S.A. pela Vivo Part., a qual consequentemente foi registrada na Companhia com a incorporação da Vivo Part. Esta reserva, no montante de R$47.723, poderá ser utilizada para futuro aumento de capital pela Companhia. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R$2.735.930.

Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R$112.107.

Em 5 de novembro de 2012, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 31 de outubro de 2012, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80. Esta recompra tem início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 4 de novembro de 2013, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e nas quantidades máximas de até 2.894.534 ações ordinárias e 24.257.777 ações preferenciais.

Notas Explicativas

d. Reservas de Lucros

Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 era de R$1.100.000.

e. Dividendos Intermediários e Propostos

Em 10 de janeiro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a destinação de dividendos intermediários no montante de R$1.650.000, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de setembro de 2012, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 21 de janeiro de 2013. O pagamento desses dividendos intermediários teve início em 18 de fevereiro de 2013.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Serviço de telefonia	2.754.289	3.074.478	6.549.458	6.588.249
Uso de rede	334.361	219.946	1.056.267	1.145.082
Dados e SVAs	1.352.625	1.295.852	3.854.114	3.392.045
Serviços de TV por assinatura	-	-	182.277	214.095
Outros serviços (a)	183.082	190.697	322.350	313.103
Venda de mercadorias e aparelhos	-	-	888.588	571.922
Receita operacional bruta	**4.624.357**	**4.780.973**	**12.853.054**	**12.224.496**
ICMS	(838.257)	(933.219)	(2.577.181)	(2.453.247)
PIS e COFINS	(162.129)	(171.701)	(530.275)	(499.178)
ISS	(5.671)	(5.673)	(11.497)	(11.389)
Descontos e devoluções	(468.329)	(406.583)	(1.178.617)	(949.397)
Deduções da receita operacional bruta	**(1.474.386)**	**(1.517.176)**	**(4.297.570)**	**(3.913.211)**
Receita operacional líquida	**3.149.971**	**3.263.797**	**8.555.484**	**8.311.285**

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012 foram de R$16.778 e R$8.091, respectivamente (nota 23).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Depreciação e amortização	(535.598)	(519.635)	(1.062.973)	(999.492)
Pessoal	(69.993)	(81.382)	(136.164)	(139.630)
Interconexão	(839.130)	(850.684)	(951.396)	(1.068.741)
Serviços de terceiros	(445.785)	(404.247)	(886.757)	(789.117)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(106.311)	(86.684)	(356.197)	(296.972)
Impostos, taxas e contribuições	(39.008)	(43.917)	(404.200)	(465.996)
Ônus de renovação de licenças	(16.553)	(24.755)	(34.977)	(40.812)
Outros	(10.903)	(12.482)	(17.167)	(38.693)
Total de custos dos serviços prestados	**(2.063.281)**	**(2.023.786)**	**(3.849.831)**	**(3.839.453)**
Custo das mercadorias vendidas	**-**	**-**	**(559.743)**	**(410.364)**
Total	**(2.063.281)**	**(2.023.786)**	**(4.409.574)**	**(4.249.817)**

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012 foram de R$16.778 e R$8.091, respectivamente (nota 22).

24. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Depreciação e amortização	(119.815)	(117.846)	(219.296)	(224.657)
Pessoal	(110.354)	(146.434)	(340.962)	(376.769)
Serviços de terceiros	(423.302)	(429.184)	(1.139.952)	(1.033.197)
Provisão para redução ao valor recuperável (nota 4)	(80.152)	(77.944)	(203.086)	(181.860)
Aluguéis/seguros/condomínio	(2.533)	(1.520)	(32.849)	(26.050)
Publicidade e propaganda	(21.812)	(45.798)	(160.766)	(216.133)
Doações e patrocínios	-	-	(39.977)	(74.539)
Outros	(3.227)	(11.068)	(26.665)	(27.104)
Total	**(761.195)**	**(829.794)**	**(2.163.553)**	**(2.160.309)**

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Depreciação e amortização	(12.996)	(15.147)	(115.007)	(93.796)
Pessoal	(95.131)	(90.338)	(215.861)	(197.446)
Serviços de terceiros	(73.198)	(82.743)	(217.138)	(204.497)
Aluguéis/seguros/condomínios e outros despesas	(11.256)	(11.348)	(70.018)	(60.401)
Total	**(192.581)**	**(199.576)**	**(618.024)**	**(556.140)**

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Multas e despesas recuperadas	35.654	41.131	84.419	94.342
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(97.920)	(61.549)	(140.850)	(102.838)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (a)	57.196	10.023	54.511	208.107
Serviços técnicos administrativos	7.007	8.784	5.414	7.784
Outras receitas (despesas)	(9.055)	(11.091)	(17.500)	(24.474)
Total	**(7.118)**	**(12.702)**	**(14.006)**	**182.921**
Outras receitas operacionais	118.707	64.974	177.514	380.874
Outras despesas operacionais	(125.825)	(77.676)	(191.520)	(197.953)
Total	**(7.118)**	**(12.702)**	**(14.006)**	**182.921**

Notas Explicativas

(a) No primeiro trimestre de 2012, a Vivo alienou um total de 800 torres de transmissão não estratégicas por um total de R$277.180. Após a transação de venda dos ativos, a Vivo efetuou um contrato de aluguel de parte das torres alienadas para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem de inspeções físicas e respectivo aceite técnico do comprador. Para tais itens, um total de R$27.924 (R$23.825 líquidos dos valores residuais) foi reconhecido como receita diferida (nota 19). Para os demais ativos, foi reconhecido um montante de R$249.256 (R$216.910 líquido dos valores residuais) como outras receitas operacionais em virtude da alienação das torres.

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	51.349	22.788	117.801	75.993
Ganho com operações de derivativos	8.683	28.320	47.845	40.672
Juros ativos	23.503	30.490	84.555	42.704
Variações monetárias/cambiais ativas	16.647	65.501	75.242	155.275
Outras receitas financeiras	11.254	8.462	39.677	21.564
	111.436	**155.561**	**365.120**	**336.208**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(95.329)	(96.338)	(180.906)	(165.605)
Perdas com operações de derivativos	(19.749)	(35.697)	(97.347)	(72.272)
Variações monetárias/cambiais passivas	(41.245)	(41.999)	(71.721)	(105.101)
Outras despesas financeiras	(10.419)	(16.775)	(31.877)	(56.441)
	(166.742)	**(190.809)**	**(381.851)**	**(399.419)**
Resultado financeiro, líquido	**(55.306)**	**(35.248)**	**(16.731)**	**(63.211)**

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 31 de março de 2013 e 2012.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 - Reapresentado
Lucro antes dos tributos	865.857	991.155	1.333.150	1.465.236
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(294.391)	(336.993)	(453.271)	(498.180)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial	270.425	281.678	(151)	172
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	(35.023)	-
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(1.989)	(918)	(18.247)	(9.750)
Outras (adições) exclusões	(29.727)	22.528	(16.283)	(900)
Despesa tributária	**(55.682)**	**(33.705)**	**(522.975)**	**(508.658)**
Taxa efetiva	6,4%	3,4%	39,2%	34,7%
IRPJ e CSLL corrente	-	12.930	(279.529)	(297.592)
IRPJ e CSLL diferido	(55.682)	(46.635)	(243.446)	(211.066)

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, os valores relativos à movimentação dos ativos e passivos diferidos consolidados, totalizam R$238.624 e R$210.072, respectivamente, líquidos de outros movimentos.

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 6.2.

29. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	810.175	957.450
Ordinárias	258.003	304.745
Preferenciais	552.172	652.705
Número de Ações:	1.123.269	1.123.857
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	381.336	381.344
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	741.933	742.513
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	0,68	0,80
Ações preferenciais	0,74	0,88

Notas Explicativas

30. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

30.a) Termos e condições de transações com partes relacionadas:

a) Serviços de telefonia fixa e móvel: serviços de telecomunicações fixa e móvel prestados as empresas do Grupo da Telefónica;

b) Aluguel de prédios e vendas de ativos de *call center*: aluguel de prédios próprios onde está instalada a infraestrutura de *call center* e venda de bens do ativo imobilizado utilizado para a operação do *call center* para a Atento Brasil, Telefônica Serviços Empresariais do Brasil e Telefônica Transportes e Logística;

c) Serviços de suporte de centro de tele-atendimento, cobrança, *back-office* e promotores de vendas: prestados pela Atento Brasil;

d) Gastos repercutidos: são repassados à Companhia pela Media Networks Latin e Telefónica Del Peru;

e) Serviços de TV digital: prestados pela Media Networks Latin;

f) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança: prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil;

g) Serviços corporativos: são repassados, pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;

h) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas: prestados pela Telefónica Global Tecnology;

i) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão: prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services e Telefónica Usa;

j) Serviços de gestão administrativa: serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;

k) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*: prestados pela Telefônica Transportes e Logística;

l) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz: prestados pela Terra Networks Brasil;

m) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas: prestados para Telefónica International Wholesale Services e Telefónica Usa;

n) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional: prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;

o) Reembolso de despesas: são provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica; e

p) Brand Fee: cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Notas Explicativas

		Balanço Patrimonial - Ativo					
		31.03.13			31.12.12		
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Ativo circulante		Ativo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	o)	1	19	556	1	19	545
Telefónica Internacional	o)	-	114	17.549	-	149	17.393
Telefónica	o)	-	409	177	-	54	137
		1	**542**	**18.282**	**1**	**222**	**18.075**
Outras empresas do grupo							
Telefónica Usa	m)	1.663	-	-	1.925	-	-
Telefónica da Argentina	n)	2.822	-	-	2.462	-	-
Telefónica de España	n)	1.904	-	-	2.476	-	-
Telefónica Del Peru	d) / n)	1.565	1.339	-	1.764	3.216	236
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / g) / o)	946	1.987	337	556	1.915	293
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / g) / o)	2.169	128	85	641	218	22
Telefónica International Wholesale Services Espanha	m)	11.200	-	-	7.072	-	-
Telefónica Moviles España	n)	5.039	-	-	3.239	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / b) / g) / o)	2.224	15.829	976	1.770	15.605	1.009
Telefônica Transportes e Logistica	a) / b) / g) / o)	167	144	31	206	102	7
Terra Networks Brasil	a) / g) / o)	1.929	5.808	79	3.286	6.054	13
Outras	a) / d) / g) / n)	17.134	10.292	125	15.624	10.701	463
		48.762	**35.527**	**1.633**	**41.021**	**37.811**	**2.043**
Total		**48.763**	**36.069**	**19.915**	**41.022**	**38.033**	**20.118**

		Balanço Patrimonial - Passivo					
		31.03.13			31.12.12		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	g) / o)	10.764	11.717	4.689	2.685	4.028	4.689
Telefónica Internacional	o)	701	1.212	-	601	1.086	-
Telefónica	p)	4.654	34.433	-	3.168	35.162	-
		16.119	**47.362**	**4.689**	**6.454**	**40.276**	**4.689**
Outras empresas do grupo							
Telefónica Usa	i)	7.930	6	104	1.051	6.680	106
Telefónica da Argentina	n)	2.100	-	-	1.577	-	-
Telefónica de España	n)	1.885	-	-	2.158	-	-
Telefónica Del Peru	n)	72	-	-	49	-	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	f)	4.754	-	8	3.828	-	8
Telefónica International Wholesale Services Brasil	i)	94.508	-	305	68.552	-	305
Telefónica International Wholesale Services Espanha	i)	1.721	2.422	-	869	2.342	-
Telefónica Moviles España	n)	4.674	-	-	4.196	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	j) / o)	17.699	52	1.427	17.783	36	1.521
Telefônica Transportes e Logistica	k)	35.276	272	270	32.648	272	165
Terra Networks Brasil	l)	409	19	291	1.366	19	291
Outras	e) / h) / n)	9.440	3.459	56	15.096	522	116
		180.468	**6.230**	**2.461**	**149.173**	**9.871**	**2.512**
Total		**196.587**	**53.592**	**7.150**	**155.627**	**50.147**	**7.201**

Notas Explicativas

		Demonstração dos Resultados - Receitas (Custos e Despesas)			
		2013		2012	
Empresas	Natureza da transação	Receitas	Custos e Despesas	Receitas	Custos e Despesas
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	o)	-	(17.078)	3	(1.671)
Telefónica Internacional	o)	-	(558)	1	(2.130)
Telefónica	o) / p)	2.139	(34.688)	3.392	(36.917)
		2.139	**(52.324)**	**3.396**	**(40.718)**
Outras empresas do grupo					
Atento Brasil	a) / b) / c)	-	-	12.732	(278.185)
Telefónica Usa	i) / m)	621	(156)	-	-
Telefónica da Argentina	n)	572	(523)	-	-
Telefónica de España	n)	817	(700)	1.483	(838)
Telefónica Del Peru	d) / n)	-	(227)	803	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / f) / g) / o)	601	(1.483)	384	(1.664)
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / g) / i) / o)	1.663	(30.303)	2.185	(27.578)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	i) / m)	6.062	(4.340)	4.270	(3.084)
Telefónica Moviles España	n)	356	(4.570)	1.884	(3.710)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / b) / g) / j) / o)	1.815	(20.713)	1.257	(21.304)
Telefônica Transportes e Logistica	a) / b) / g) / k) / o)	224	(20.499)	187	(21.103)
Terra Networks Brasil	a) / g) / l) / o)	1.027	(1.061)	1.826	(665)
Outras	a) / d) / e) / g) / h) / n)	2.675	-	9.729	(6.753)
		16.433	**(84.575)**	**36.740**	**(364.884)**
Total		**18.572**	**(136.899)**	**40.136**	**(405.602)**

30.b) Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012 foi de aproximadamente R$16.525 e R$6.016, respectivamente. Destes montantes, R$15.313 em 31 de março de 2013 (R$4.834 em 31 de março de 2012) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R$1.212 (R$1.182 em 31 de março de 2012) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal, de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (notas 23, 24 e 25).

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

31. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	1.095.420
Responsabilidade civil geral (RCG)	40.293
Seguro Garantia ANATEL	24.644

Notas Explicativas

32. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e suas controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Performance Share Plan* (PSP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefónica S.A, e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefónica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do plano é de sete anos. O plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho ("Data de Início") e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início ("Data de Finalização"). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- À permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefónica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011 e 2012 ocorreram os vencimentos do terceiro e quarto ciclos deste plano de incentivos que tiveram as seguintes ações máximas atribuídas aos executivos da Telefônica Brasil e suas subsidiárias:

Ciclos	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de finalização
3º ciclo 1º de julho de 2008	186.186	8,39	30 de junho de 2011
4º ciclo 1º de julho de 2009	169.323	8,41	30 de junho de 2012

Após o vencimento do 3º e 4º ciclos do plano, no mês de julho de 2011 e 2012 foram entregues ao total de executivos da Telefônica Brasil e suas subsidiárias que estavam incluídos nesses ciclos, um montante de 186.186 e zero ações, respectivamente. No quarto ciclo não foram entregues ações por conta do não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR.

O número máximo de ações atribuído no ciclo em aberto em 31 de março de 2013 é o seguinte:

Ciclos	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de finalização
5º ciclo 1º de julho de 2010	164.854	9,08	30 de junho de 2013

b) Plano *Performance & Investment Plan* (PIP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de julho de 2011 e se estenderá até 30 de junho de 2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo;
- atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, obtido através (TSR), em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré–definido.

➢ serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A superar o TSR das empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.

Notas Explicativas

- serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A ficar no mesmo nível ou acima do TSR das empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A ficar abaixo do TSR das empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído nos dois primeiros ciclos em aberto em 31 de março de 2013 é o seguinte:

Ciclo	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
1º ciclo 1º de julho de 2011	416.384	8,28	30 de junho de 2014
2º ciclo 1º de julho de 2012	520.325	8,28	30 de junho de 2015

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan* (GESP)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorrerá, conforme o caso, após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 1º de dezembro de 2014, e está condicionada:

- À permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependerá do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuem no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O período de compra foi iniciado em novembro de 2012, e, em 31 de março de 2013, o número total de empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias inscritos no Plano totaliza 1.885.

A Companhia e suas controladas registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, conforme segue:

Notas Explicativas

Planos	2013	2012
PSP	349	569
PIP	2.958	2.252
GESP	544	342
Total	**3.851**	**3.163**

33. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo [1]	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefonica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefonica Brasil e Vivo, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefonica Brasil	Telefonica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefonica Brasil e Vivo
PREV	Híbrido	VisãoPrev [2]	Vivo
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom, Telefonica Data, Telefonica Brasil, Vivo e Visão Prev Companhia de Previdência Complementar

[1] BD = Plano de Benefício Definido;
CD = Plano de Contribuição Definida;
Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.
[2] Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

A Companhia e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme segue:

Plano	%
PBS Telesp	11,47%
PBS Telesp Celular	10,68%
PBS Tele Sudeste Celular	11,73%
PBS Telemig Celular	6,11%
PAMA	1,5%

Notas Explicativas

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e suas controladas para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário dos participantes, e de 0% a 8% do salário para os participantes do plano Vivo Prev de sua controlada Vivo, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

A Vivo também patrocina o CelPrev. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao plano, sendo: (a) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário de participação; (b) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário de participação que for maior que 10 Unidades de Referência Padrão do Plano; e (c) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário de participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (a) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (b) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (c) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (d) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CelPrev.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros e o retorno esperado dos ativos dos planos são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

O passivo atuarial registrado pela Companhia e suas controladas em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
CTB	50.433	50.651	50.433	50.652
PAMA	328.987	321.717	349.346	341.617
Total	**379.420**	**372.368**	**399.779**	**392.269**

Para os planos superavitários, os ativos atuariais líquidos foram registrados pela Companhia e suas controladas em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no grupo de outros ativos (nota 9).

Notas Explicativas

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2013:

	Controladora							
	Valor justo			Custo amortizado				
Ativos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante								
Caixa e equivalentes a caixa (nota 3)	-	-	-	3.021.450	-	-	3.021.450	3.021.450
Operações com derivativos (nota 34)	312	30.192	-	-	-	30.504	30.504	30.504
Não Circulante								
Participações societárias (nota 10)	-	-	128.687	-	128.687	-	128.687	128.687
Operações com derivativos (nota 34)	-	20.901	-	-	-	20.901	20.901	20.901
Total de ativos financeiros	**312**	**51.093**	**128.687**	**3.021.450**	**128.687**	**51.405**	**3.201.542**	**3.201.542**

	Controladora					
Passivos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	328.302	411.328	-	328.302	739.630	776.602
Debêntures (nota 16.2)	6.101	672.667	-	6.101	678.768	836.731
Operações com derivativos (nota 34)	124	-	8.048	8.172	8.172	8.172
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	-	477.361	-	-	477.361	435.485
Debêntures (nota 16.2)	90.707	2.165.393	-	90.707	2.256.100	2.106.812
Total de passivos financeiros	**425.234**	**3.726.749**	**8.048**	**433.282**	**4.160.031**	**4.163.802**

	Consolidado							
	Valor justo			Custo amortizado				
Ativos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
Circulante								
Caixa e equivalentes a caixa (nota 3)	-	-	-	6.750.950	-	-	6.750.950	6.750.950
Operações com derivativos (nota 34)	312	32.140	-	-	-	32.452	32.452	32.452
Não Circulante								
Participações societárias (nota 10)	-	-	128.687	-	128.687	-	128.687	128.687
Operações com derivativos (nota 34)	-	259.917	-	-	-	259.917	259.917	259.917
Total de ativos financeiros	**312**	**292.057**	**128.687**	**6.750.950**	**128.687**	**292.369**	**7.172.006**	**7.172.006**

Notas Explicativas

	Consolidado					
Passivos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	357.261	890.066	-	357.261	1.247.327	1.421.800
Debêntures (nota 16.2)	6.101	672.667	-	6.101	678.768	836.731
Operações com derivativos (nota 34)	477	-	35.975	36.452	36.452	36.452
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	975.621	2.538.629	-	975.621	3.514.250	3.272.607
Debêntures (nota 16.2)	90.707	2.165.393	-	90.707	2.256.100	2.106.812
Operações com derivativos (nota 34)	-	-	25.890	25.890	25.890	25.890
Total de passivos financeiros	**1.430.167**	**6.266.755**	**61.865**	**1.492.032**	**7.758.787**	**7.700.292**

Em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora						
	Valor justo		Custo amortizado				
Ativos Financeiros	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante							
Caixa e equivalentes a caixa (nota 3)	-	-	3.079.282	-	-	3.079.282	3.079.282
Operações com derivativos (nota 34)	39.197	-	-	-	39.197	39.197	39.197
Não Circulante							
Participações societárias (nota 10)	-	142.881	-	142.881	-	142.881	142.881
Operações com derivativos (nota 34)	21.465	-	-	-	21.465	21.465	21.465
Total de ativos financeiros	**60.662**	**142.881**	**3.079.282**	**142.881**	**60.662**	**3.282.825**	**3.282.825**

	Controladora					
Passivos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	332.518	411.423	-	332.518	743.941	792.682
Debêntures (nota 16.2)	6.013	696.202	-	6.013	702.215	811.919
Operações com derivativos (nota 34)	455	-	8.292	8.747	8.747	8.747
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	3.055	579.367	-	3.055	582.422	541.622
Debêntures (nota 16.2)	90.235	2.163.455	-	90.235	2.253.690	2.158.008
Operações com derivativos (nota 34)	-	-	3.733	3.733	3.733	3.733
Total de passivos financeiros	**432.276**	**3.850.447**	**12.025**	**444.301**	**4.294.748**	**4.316.711**

	Consolidado						
	Valor justo		Custo amortizado				
Ativos Financeiros	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Nível 1 Preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
Circulante							
Caixa e equivalentes a caixa (nota 3)	-	-	7.133.485	-	-	7.133.485	7.133.485
Operações com derivativos (nota 34)	41.109	-	-	-	41.109	41.109	41.109
Não Circulante							
Participações societárias (nota 10)	-	142.881	-	142.881	-	142.881	142.881
Operações com derivativos (nota 34)	286.278	-	-	-	286.278	286.278	286.278
Total de ativos financeiros	**327.387**	**142.881**	**7.133.485**	**142.881**	**327.387**	**7.603.753**	**7.603.753**

Notas Explicativas

	Consolidado					
Passivos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	365.192	890.131	-	365.192	1.255.323	1.456.466
Debêntures (nota 16.2)	6.013	696.202	-	6.013	702.215	811.919
Operações com derivativos (nota 34)	470	-	29.116	29.586	29.586	29.586
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 16.1)	1.009.673	2.746.328	-	1.009.673	3.756.001	3.581.630
Debêntures (nota 16.2)	90.235	2.163.455	-	90.235	2.253.690	2.158.008
Operações com derivativos (nota 34)	-	-	26.545	26.545	26.545	26.545
Total de passivos financeiros	**1.471.583**	**6.496.116**	**55.661**	**1.527.244**	**8.023.360**	**8.064.154**

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do período de três meses findo em 31 de março de 2013, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas são:

Notas Explicativas

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2013, 20,0% (19,9% em 31 de dezembro de 2012) da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas contratam operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R$1.541.556 em 31 de março de 2013 e R$1.586.711 em 31 de dezembro de 2012). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US$ 26.723 e €2.720 a pagar em 31 de março de 2013 e US$ 16.130 e €4.140 a pagar em 31 de dezembro de 2012) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial* e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. De julho a dezembro de 2012, a TJLP foi de 5,5% a.a. e foi reduzida para 5,0% a.a. a partir de janeiro de 2013.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R$6.589.068 (R$7.039.181 em 31 de dezembro de 2012), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 16, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são efetuados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e suas controladas monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Na Vivo, a base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a carteira de clientes da Companhia e suas controladas não apresentavam registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting.*

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

		Consolidado					
						Efeito acumulado	
		Valor de referência *(nocional)*		Valor justo		Valor a receber (a pagar)	
Descrição	Indexador	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Contratos de *swaps*							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira (a)		1.371.117	1.329.065	1.671.100	1.672.895	224.622	253.189
Citibank	US$	181.230	181.230	212.911	216.270	35.157	39.617
Votorantim	US$	5.047	7.744	6.081	9.311	-	-
Banco do Brasil	US$	258.900	258.900	322.221	326.263	29.726	38.576
Bradesco	US$	463.883	415.464	551.822	519.481	28.542	32.931
Itaú	US$	18.850	22.520	19.079	22.239	238	-
JP Morgan	US$	443.207	443.207	558.986	579.331	130.959	142.065
Moeda estrangeira (b)		12.655	11.773	12.612	11.772	1	-
Bradesco	EUR	12.141	2.613	12.097	2.613	-	-
Itaú	EUR	514	9.160	515	9.159	1	-
Moeda estrangeira (c)		179.533	179.533	231.670	238.422	46.378	52.112
Bradesco	LIBOR US$	179.533	179.533	231.670	238.422	46.378	52.112
Índices de inflação		72.000	72.000	96.808	96.249	21.368	22.086
Itaú	IPCA	72.000	72.000	96.808	96.249	21.368	22.086
Taxa pós (c)		28.830	-	28.880	-	-	-
Bradesco	CDI	15.739	-	15.792	-	-	-
Itaú	CDI	13.091	-	13.088	-	-	-
Ponta Passiva							
Taxa pós (a)		(1.455.771)	(1.412.838)	(1.550.157)	(1.509.659)	(61.133)	(55.545)
Citibank	CDI	(181.230)	(181.230)	(183.248)	(180.418)	(5.494)	(3.765)
Votorantim	CDI	(5.047)	(7.744)	(14.129)	(21.336)	(8.048)	(12.025)
Banco do Brasil	CDI	(258.900)	(258.900)	(292.496)	(287.686)	-	-
Bradesco	CDI	(476.023)	(418.077)	(522.577)	(463.910)	(32.706)	(26.273)
Itaú	CDI	(91.364)	(103.680)	(94.871)	(105.893)	(76)	(333)
JP Morgan	CDI	(443.207)	(443.207)	(442.836)	(450.416)	(14.809)	(13.149)
Moeda estrangeira (b)		(179.533)	(179.533)	(231.670)	(238.422)	(872)	(586)
Bradesco	LIBOR US$	(179.533)	(179.533)	(231.670)	(238.422)	(872)	(586)
Taxa pós (b)		-	(72.000)	-	-	-	-
Itaú	IPCA	-	(72.000)	-	-	-	-
Moeda estrangeira (c)		(19.575)	-	(3.867)	-	(19)	-
Bradesco	EUR	(15.739)	-	-	-	-	-
Itaú	EUR	(3.836)	-	(3.867)	-	(19)	-
Moeda estrangeira (d)		(9.255)	-	(25.351)	-	(318)	-
Itaú	US$	(9.255)	-	(9.246)	-	(5)	-
Bradesco	US$	-	-	(16.105)	-	(313)	-
			Ponta ativa			292.369	327.387
			Ponta passiva			(62.342)	(56.131)
			Valores a receber, líquidos			**230.027**	**271.256**

a) *Swaps* de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R$1.595.785) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R$1.541.556).

b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R$58.262) – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 1º de março de 2013, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R$53.815 em dólar e R$7.039 em Euro).

Notas Explicativas

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R$96.808) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R$96.808).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 31 de março de 2013:

Contrato de *swap*	Vencimento em				
	2013	2014	2015	2016 em diante	Valor a receber (pagar) em 31.03.13
Moeda Estrangeira x CDI	9.019	3.842	132.294	63.840	208.995
VOTORANTIM	(4.166)	(3.882)	-	-	(8.048)
BRADESCO	(9.440)	(14.393)	1.335	63.840	41.342
JP MORGAN	(3.852)	(10.957)	130.959	-	116.150
BANCO DO BRASIL	29.726	-	-	-	29.726
CITIBANK	(3.411)	33.074	-	-	29.663
ITAÚ	162	-	-	-	162
CDI x Moeda Estrangeira	(336)	-	-	-	(336)
ITAÚ	(23)				(23)
BRADESCO	(313)	-	-	-	(313)
IPCA x CDI	467	20.901	-	-	21.368
ITAÚ	467	20.901	-	-	21.368
Total	**9.150**	**24.743**	**132.294**	**63.840**	**230.027**

Para fins de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foi de R$1.271 e R$2.188, respectivamente.

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012, as operações com derivativos geraram resultados negativos consolidados de R$49.502 e R$31.600, respectivamente, conforme nota 27.

Em 31 de março de 2013 temos os saldos consolidados de R$292.369 registrado no ativo e R$62.342 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

Notas Explicativas

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia e a Vivo possuem somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Consolidado				
Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	1.100.200	1.383.507	1.670.260
Dívida em US$	Dívidas (Risco varolização US$)	(1.100.200)	(1.383.507)	(1.670.260)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	8.745	10.958	13.158
Contas a pagar em EUR	Contas a pagar EUR (Risco valorização EUR)	(18.183)	(22.729)	(27.275)
Contas a receber em EUR	Contas a pagar EUR (Risco desvalorização EUR)	11.144	13.930	16.716
	Exposição Líquida	1.706	2.159	2.599
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	49.516	62.260	74.765
Contas a pagar em US$	Dívida (Risco valorização US$)	(76.159)	(95.199)	(114.239)
Contas a receber em US$	Dívida (Risco desvalorização US$)	22.344	27.930	33.515
	Exposição Líquida	(4.299)	(5.009)	(5.959)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	96.808	97.767	98.741
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(96.808)	(97.767)	(98.741)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBNDES)	496.034	633.191	776.171
Dívida em UMBNDES	Dívidas (Risco aumento UMBNDES)	(490.681)	(626.596)	(768.004)
	Exposição Líquida	5.353	6.595	8.167
Hedge (ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)			
Hedge USD (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(932.708)	(957.696)	(981.696)
Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(58.427)	(58.599)	(58.727)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(454.702)	(492.340)	(528.898)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(75.439)	(77.887)	(80.265)
	Exposição líquida	(1.521.276)	(1.586.522)	(1.649.586)
Exposição líquida total em cada cenário		**(1.518.516)**	**(1.582.777)**	**(1.644.779)**
Efeito líquido na variação do valor justo atual		**-**	**(64.261)**	**(126.263)**

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US$	2,0138	2,5173	3,0207
EUR	2,5787	3,2233	3,868
IPCA	6,67%	8,34%	10,01%
CDI	7,01%	8,76%	10,52%

Notas Explicativas

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2013, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debêntures

Em 11 de abril de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples, não conversíveis, no valor total de R$1,3 Bilhão, como forma de garantir a liquidez da Companhia para compromissos futuros.

Estes recursos serão utilizados pela Companhia para amortização de dívidas futuras, investimento em Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Serão emitidas 130.000 (cento de trinta mil) debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R$10.000,00 (dez mil reais). As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos contados da respectiva data de emissão (25 de abril de 2013), vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, “extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (CETIP), no informativo diário disponível em sua página na *internet*, acrescida de um *spread* equivalente a 0,68% (sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis (remuneração). A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pró rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O coordenador líder será o Banco Itaú BBA S.A..

Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos de 31 de dezembro de 2012

Em 16 de abril de 2013, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos referente ao saldo remanescente do resultado do exercício de 2012 no montante de R$1.498.769, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 16 de abril de 2013.

O valor por ação (VPA) destes dividendos é de R$1,251620356588 e R$1,376782392246 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

O pagamento destes dividendos será efetuado até 21 de dezembro de 2013, em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TELEFÔNICA BRASIL S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TELEFÔNICA BRASIL S.A. e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2, em decorrência da mudança de política contábil introduzida pela adoção do IFRS 11, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de maio de 2013.

CRC Nº 2SP013002/O-3

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC Nº 1SP106895/O-1 "S"